

A woman in a dark suit is standing and pointing at a whiteboard in a meeting room. Several people are seated around a long table, looking towards the whiteboard. The room has large windows with purple curtains and a clock on the wall.

IFRS 9 / CPC 48 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Prof. Eric Barreto

Direitos autorais: a utilização total ou parcial deste material é livre, desde que o autor seja mencionado:
Barreto, Eric. São Paulo: 2017.

APRESENTAÇÃO E NORMAS

Prof. Eric Barreto

eric.barreto@m2msaber.com.br

Doutor, Mestre e Graduado em Ciências Contábeis pela FEA-USP, é professor do Insper e Saint Paul e sócio da M2M.

Atua como palestrante e parecerista na área de contabilidade; Possui aproximadamente 20 anos de experiência nas áreas de contabilidade e finanças, é autor do livro “Contabilidade a Valor Justo” e coautor do livro “IFRS no Brasil: temas avançados abordados a partir de casos reais”; Foi executivo em bancos e empresas de consultoria.



Normatização

	IASB	CPC (Brasil)
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	IAS 39	CPC 38
Apresentação de instrumentos financeiros	IAS 32	CPC 39
Divulgação de instrumentos financeiros	IFRS 7	CPC 40
Mensuração a valor justo	IFRS 13	CPC 46
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	IFRS 9	CPC 48

Vigência e transição



Calendar for January 2018. The calendar shows the days of the week (Se, Te, Qu, Qu, Se, Sá, Do) and the dates (1 to 31). The date 1 is highlighted in red, and the date 6 is also highlighted in red. The calendar is titled 'Janeiro 2018'.

Semana	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
1	1	2	3	4	5	6	7
2	8	9	10	11	12	13	14
3	15	16	17	18	19	20	21
4	22	23	24	25	26	27	28
5	29	30	31				

O IFRS 9 deve ser aplicado a partir de **1º de janeiro de 2018**, de forma **retrospectiva**.

Instrumento financeiro

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.



Instrumento financeiro

- **Ativo financeiro** é qualquer ativo que seja:
 -
 - Caixa ou equivalente de caixa
 - Títulos patrimoniais de outra entidade
 - Direito contratual de receber ou trocar ativos financeiros (e.g. swap, CDB, compra de opção, etc)
 - Contrato que será ou poderá vir a ser liquidado em títulos patrimoniais da própria entidade
 - **Exemplos:** o dinheiro (moeda local ou estrangeira); aplicações em depósitos bancários; recebíveis (contas a receber, duplicatas a receber); empréstimos concedidos a outras entidades; investimentos em títulos de dívida (debêntures, bonds, notes) emitidos por outras entidades e investimentos em títulos patrimoniais de outras entidades.

Instrumento financeiro

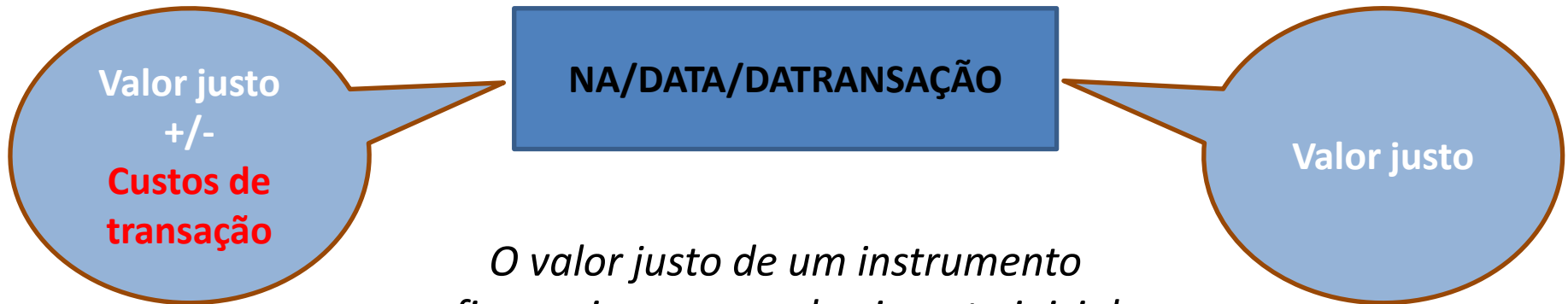
- **Passivo financeiro** é qualquer passivo que seja:
 - Uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro ou de trocar ativos ou passivos financeiros sob condições desfavoráveis
 - Um contrato que será ou poderá ser liquidado com títulos patrimoniais da própria entidade
 - **Exemplos:** contas a pagar, duplicatas a pagar, depósitos recebidos (em instituições financeiras), empréstimos obtidos de outras entidades e títulos de dívida emitidos (debêntures, bonds, notes).
- **Instrumento patrimonial** é qualquer contrato que estabeleça um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.
 - **Exemplos:** as ações, quotas de empresas limitadas, bônus de subscrição e opções de ações emitidas pela própria empresa.

MENSURAÇÃO INICIAL

Mensuração inicial

Se mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado...

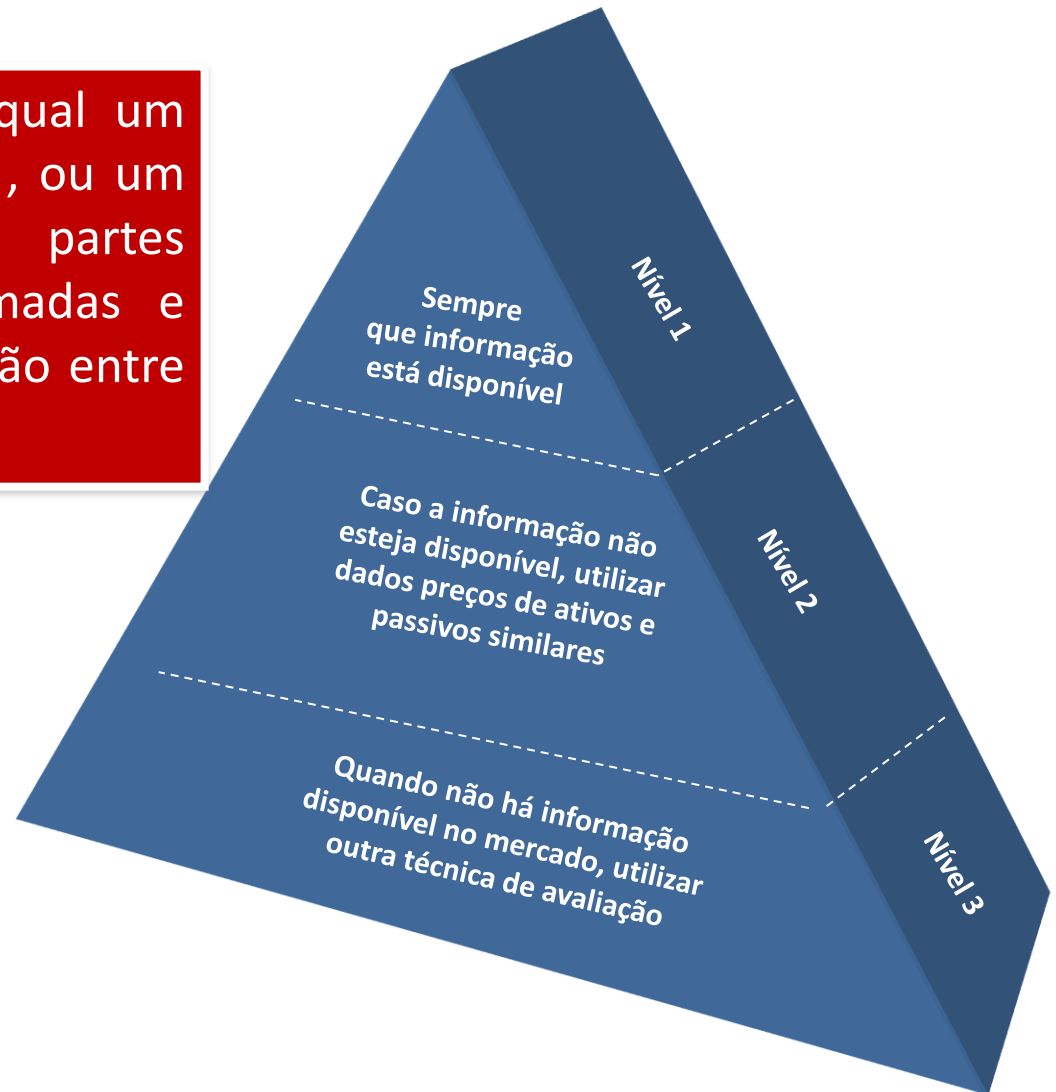
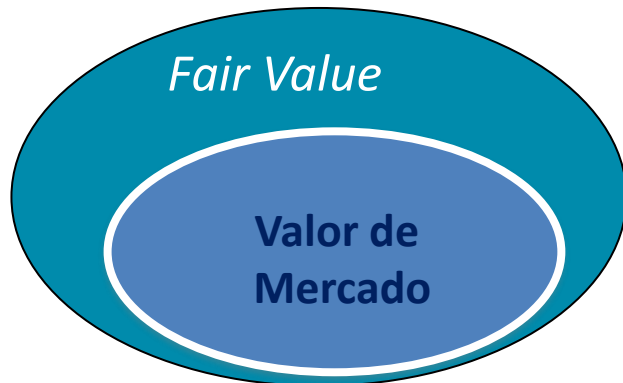
Se mensurado ao valor justo por meio do resultado...



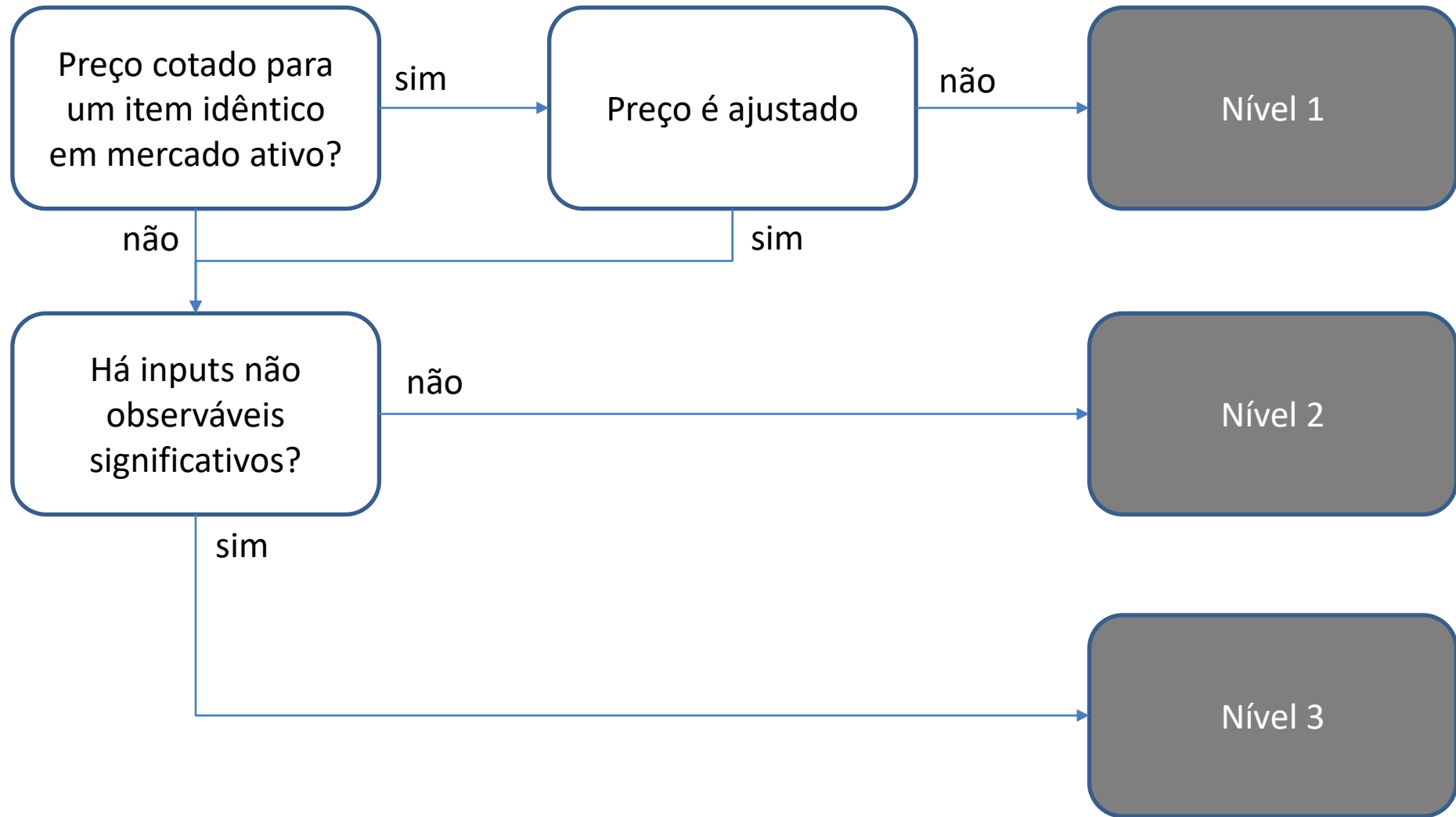
O valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial normalmente é o preço da transação, exceto quando existe favorecimento sobre alguma das partes, ou seja, quando as condições negociadas diferem daquelas usuais do mercado.

Valor justo

Definição: “Montante pelo qual um ativo poderia ser trocado , ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, bem informadas e dispostas em uma transação entre partes não relacionadas”.

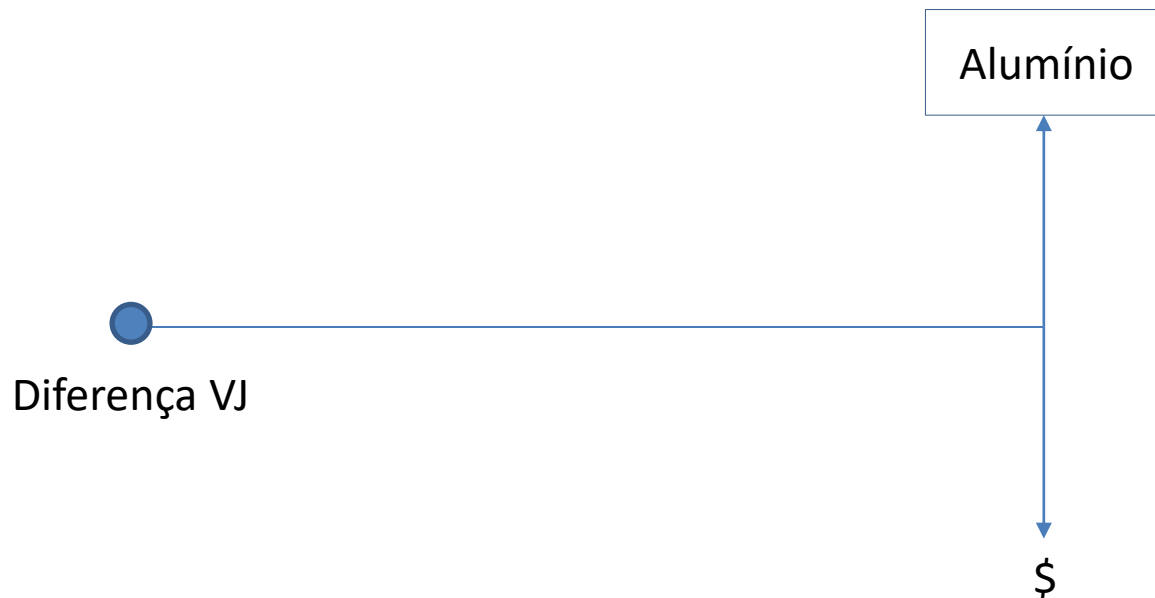


Valor justo



Compromisso firme

Em um compromisso firme de comprar ou vender itens não financeiros, quando esses itens são prontamente conversíveis em caixa, o valor justo líquido deve ser reconhecido como um ativo ou passivo na data do compromisso.



EXERCÍCIOS

Reconhecimento inicial

Uma entidade concede financiamento de \$ 10.000 para ser pago ao final de 4 anos, sem juros. A taxa de mercado para esse tipo de transação seria de 8% a.a. Quais valores essa entidade deveria registrar a título de “Empréstimo a receber”, no momento zero, e receita financeira, ao final do primeiro ano de operação?

- a. \$ 7.350; \$ 0
- b. \$ 7.350; \$ 800
- c. \$ 7.350; \$ 588
- d. \$ 10.000; \$ 0
- e. \$ 10.000; \$ 800

E se a entidade tivesse pago comissão de \$ 100 no início da operação, qual teria sido o valor do ativo?

Reconhecimento inicial

Um entidade toma \$ 10.000 emprestado por 5 anos, juros fixos pagáveis anualmente a 6% a.a.

A instituição credora cobra \$ 50 da entidade a título de registro.

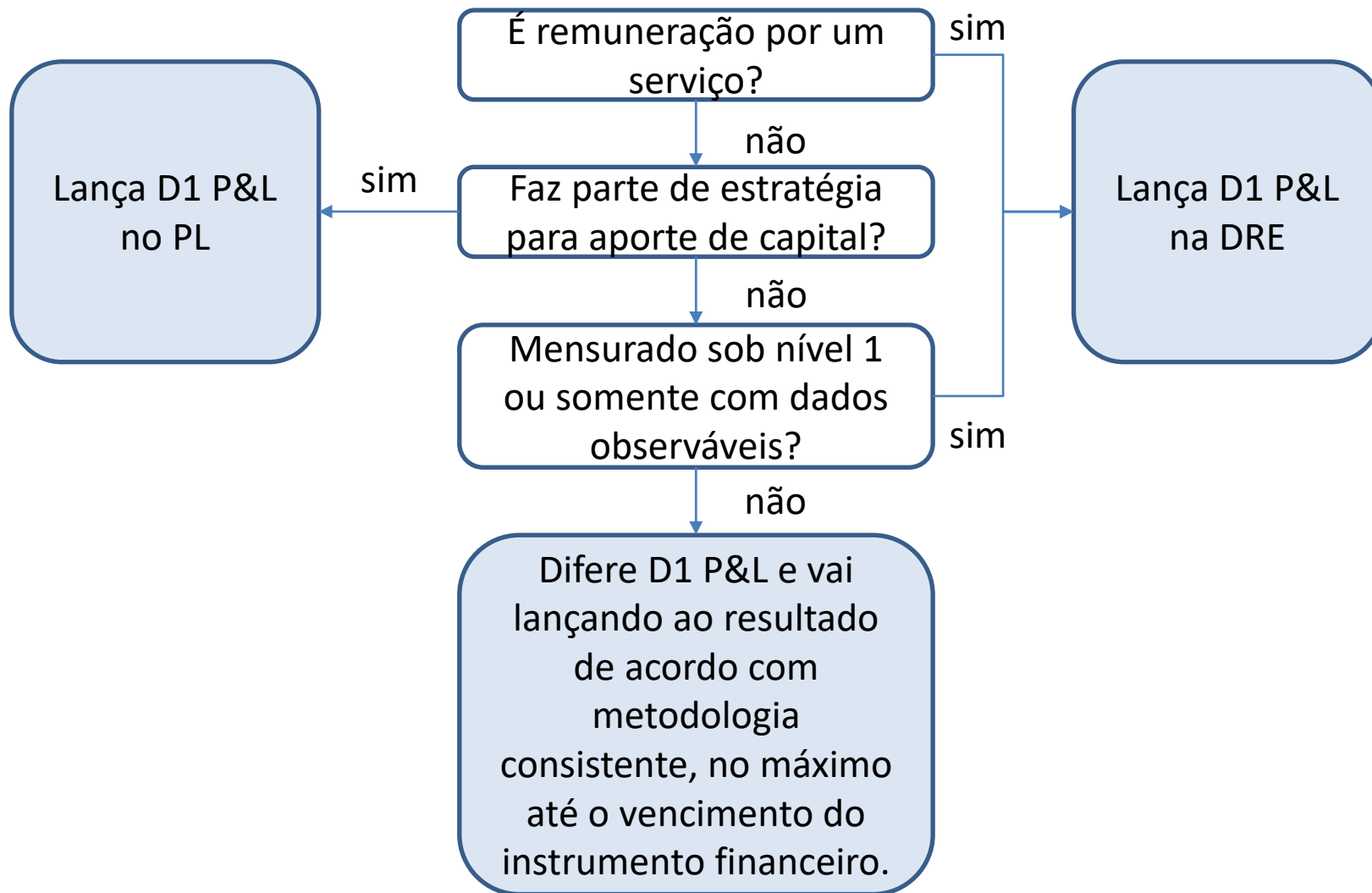
Por qual valor essa entidade deveria registrar o empréstimo no reconhecimento inicial?

- a. \$ 7.473 (= PV 10.000 a 6% para 5 anos)
- b. \$ 7.423
- c. \$ 9.950
- d. \$ 10.000
- e. \$ 10.050

**GANHOS OU
PERDAS NO
1º DIA**

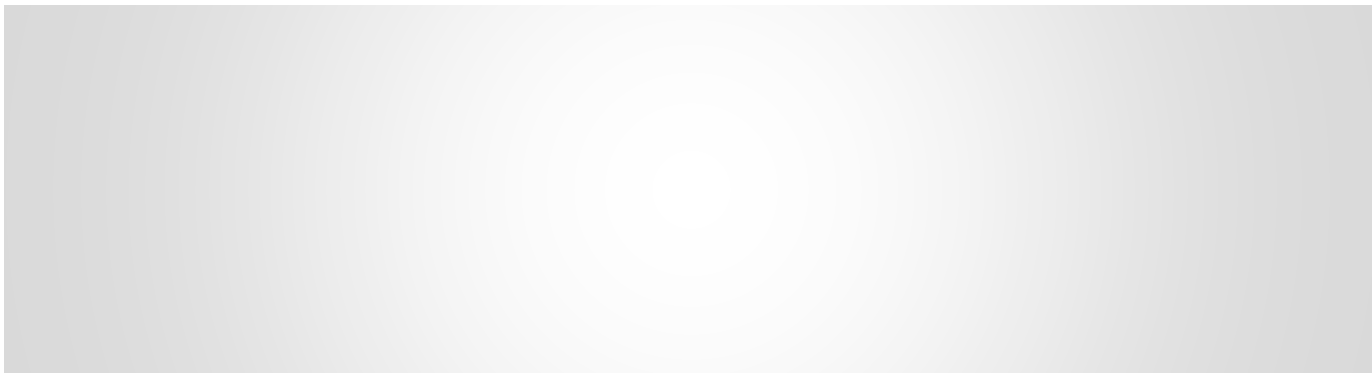
A diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação deve ser contabilizada como um **ganho ou perda**, no caso de instrumentos financeiros **mensurados sob o nível 1** da hierarquia do valor justo ou sob **técnica que utilize somente dados observáveis**. Em todos os **demais casos**, a entidade somente reconhecerá essa **diferença diferida** como um ganho ou perda na medida em que ela resultar de uma mudança em um fator que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar o ativo ou o passivo.

Day 1 P&L

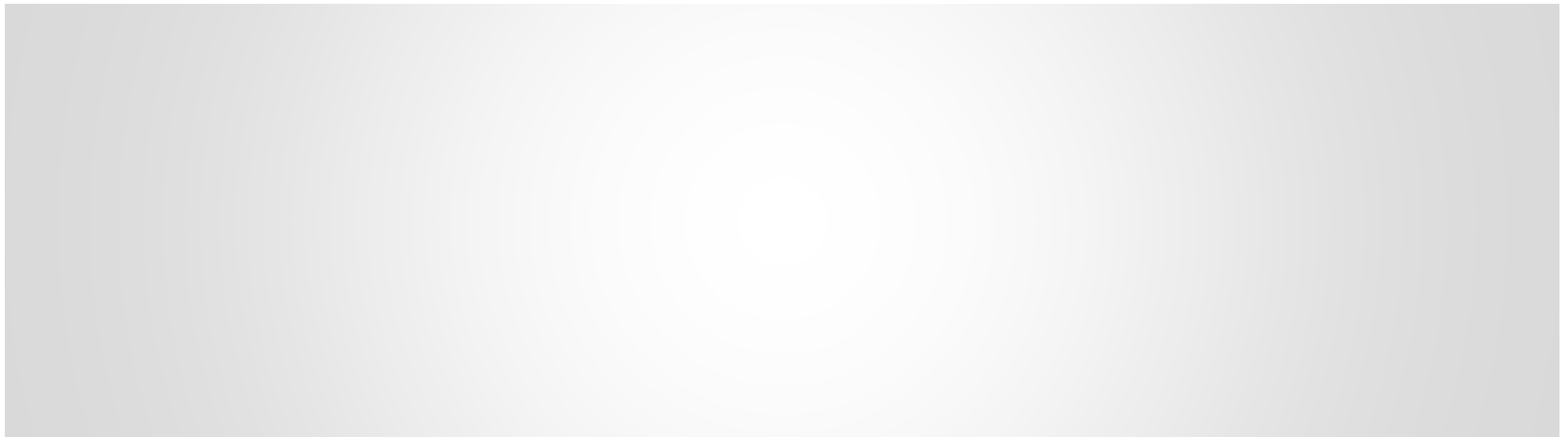


Day 1 P&L

Por 5 minutos, uma falsa notícia fez com que o preço das ações de uma empresa pública caísse 20%. Nesse meio tempo, a Cia. Atenta comprou 1000 ações por \$ 80 cada, e ao final do dia, o valor da ação voltou a ficar próximo do patamar normal, fechando em \$ 100. Efetue o reconhecimento inicial da transação, ignorando quaisquer custos de transação e dados não mencionados no enunciado.




A Cia. Vacilo pagou \$ 100.000 em um ativo financeiro com baixa liquidez. No final do dia, a área de risco da entidade calculou o valor justo do instrumento em \$ 90.000. Como a contabilidade deveria apresentar essa transação?



DRE: mudança em um fator que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar o ativo ou o passivo.

Day 1 P&L

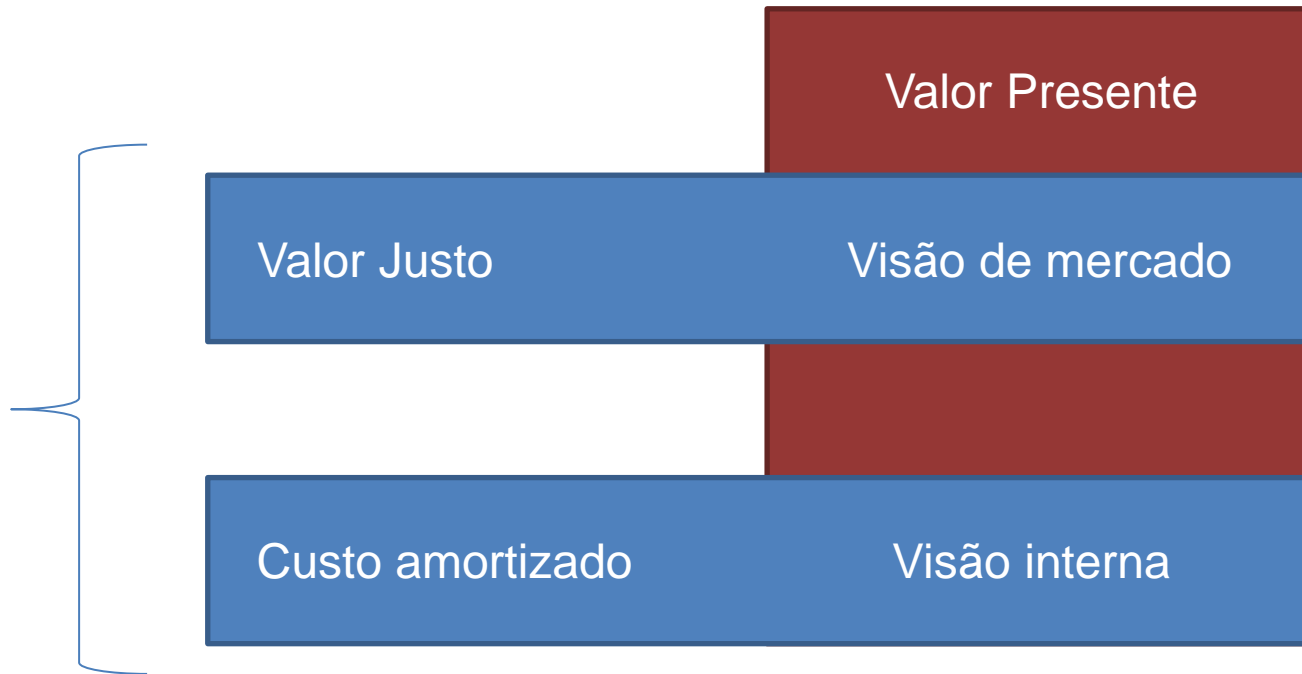
Ainda no caso da Cia. Vacilo, como ficaria sua contabilidade no dia após a transação, supondo que o valor justo calculado fosse de \$ 89.000?



O resultado diferido vai sendo lançado ao resultado de acordo com método consistente, ao longo do prazo do instrumento financeiro.

**CUSTO
AMORTIZADO E
VALOR JUSTO**

Mensuração subsequente



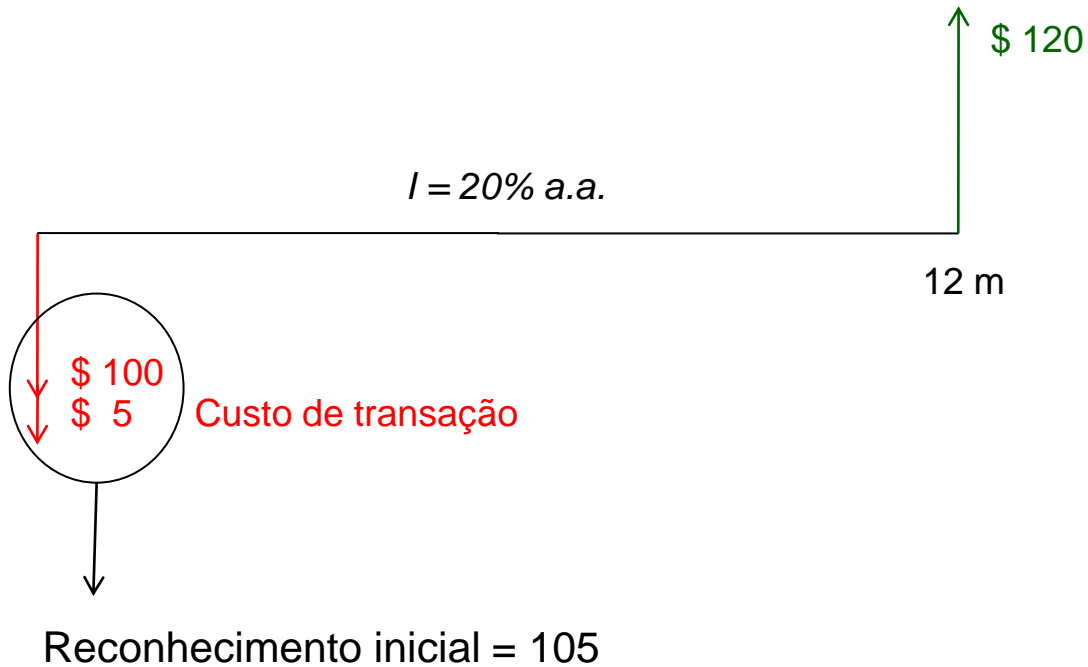
Custos de transação

Um instrumento financeiro é sempre reconhecido inicialmente pelo seu valor justo +/- custos de transação, que é um gasto diretamente relacionado com o instrumento.

Quais dos gastos abaixo podem ser consideradas como custos de transação ?

- Gastos com elaboração de prospectos, publicidade, relatórios e *road show*
- Remuneração de serviços profissionais de terceiros
- Custos internos relativos à remuneração dos profissionais diretamente envolvidos na condução das atividades de captação
- Taxas e comissões relacionadas com a transação
- Seguros exigidos pelas instituições financeiras
- Gastos sócio ambientais exigidos pelas instituições financeiras
- IOF sobre operação de crédito
- Publicações e auditorias de demonstrações financeiras exigidas por instituição financeira, CVM ou outros
- Avaliações de *rating*

Taxa efetiva de juros



Calcular a
TEJ

$VP = (105)$
 $VF = 120$
 $n = 1 \text{ ano}$

TEJ =

Taxa efetiva de juros

A receita de juros será calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva sobre o valor contábil bruto de um ativo financeiro, exceto por:

- a. Ativos financeiros comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito. Para esses ativos, deve ser aplicada a taxa efetiva ajustada ao crédito ao custo amortizado do ativo financeiro desde o reconhecimento inicial.
- b. Ativos financeiros que não são comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito, mas que posteriormente incorrem em problemas de crédito, caso em que a entidade deve aplicar a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo em períodos subsequentes.

RENEGOCIAÇÃO

Renegociação

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são de alguma forma modificados sem que isso resulte em baixa do ativo, uma entidade deve recalcular o valor contábil bruto do ativo e reconhecer um ganho ou perda na DRE. O valor contábil bruto do ativo será recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo

Um recebível com valor contábil de 100.000 e valor futuro de 130.000, com vencimento em 1 ano, foi renegociado à taxa de 25% a.a. Registre contabilmente os efeitos da renegociação.

Renegociação

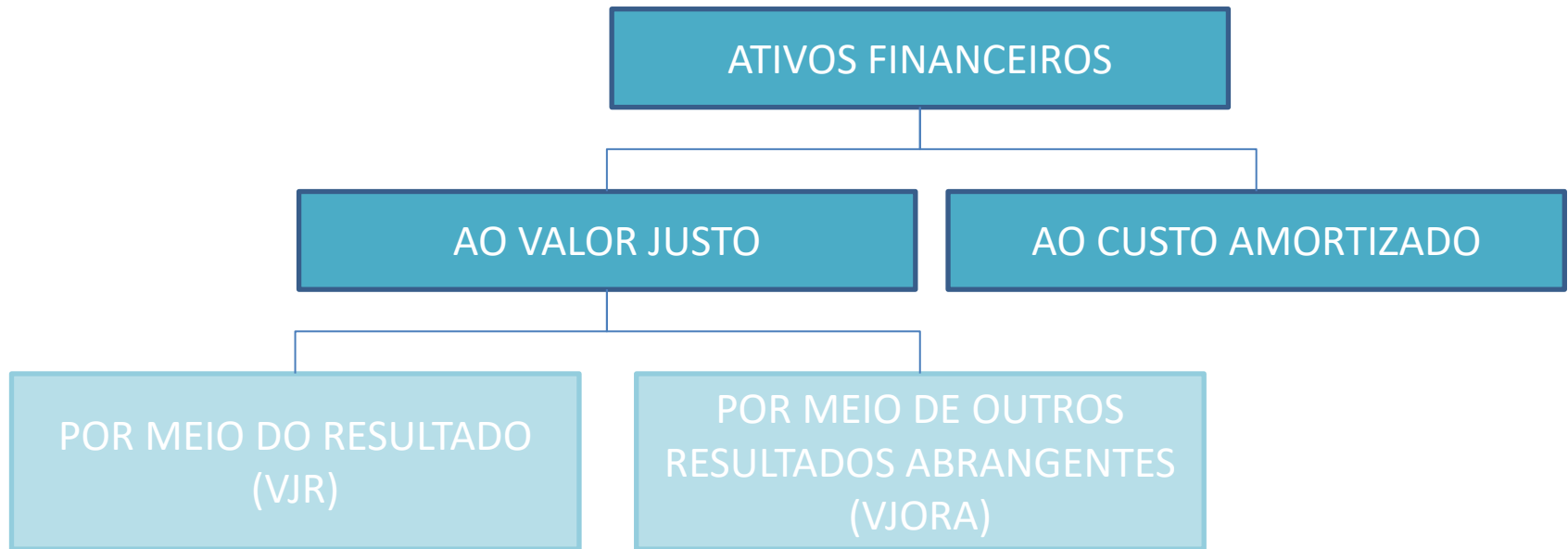
Um recebível com valor presente de \$ 100.000 e valor futuro de \$ 130.000, contabilizado pelo próprio valor presente, tem vencimento em 1 ano e foi renegociado à taxa de 25% a.a. Registre contabilmente os efeitos da renegociação.

Novo fluxo de caixa contratual (após renegociação) = \$
125.000,00

O novo valor contábil do ativo deve refletir o valor presente do fluxo contratual após renegociação, calculado pela TJE.

CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS

Duas categorias de ativos



As classificações têm por base tanto o **modelo de negócios** da entidade para a gestão desses ativos quanto as **características de fluxos de caixa** contratuais do ativo

Teste SPPJ

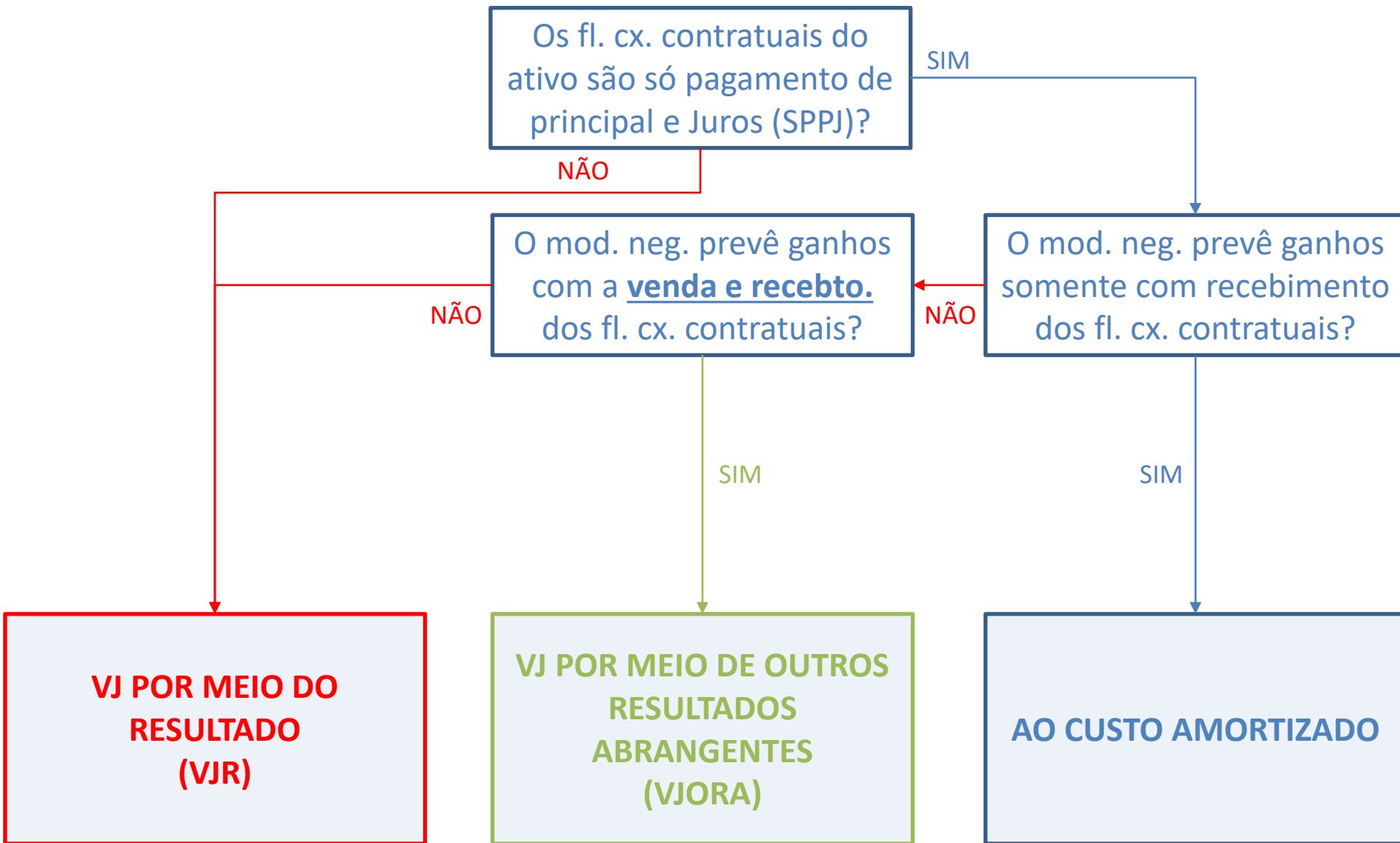
Remunera outros riscos, além do valor do dinheiro no tempo e riscos normais em uma operação de crédito



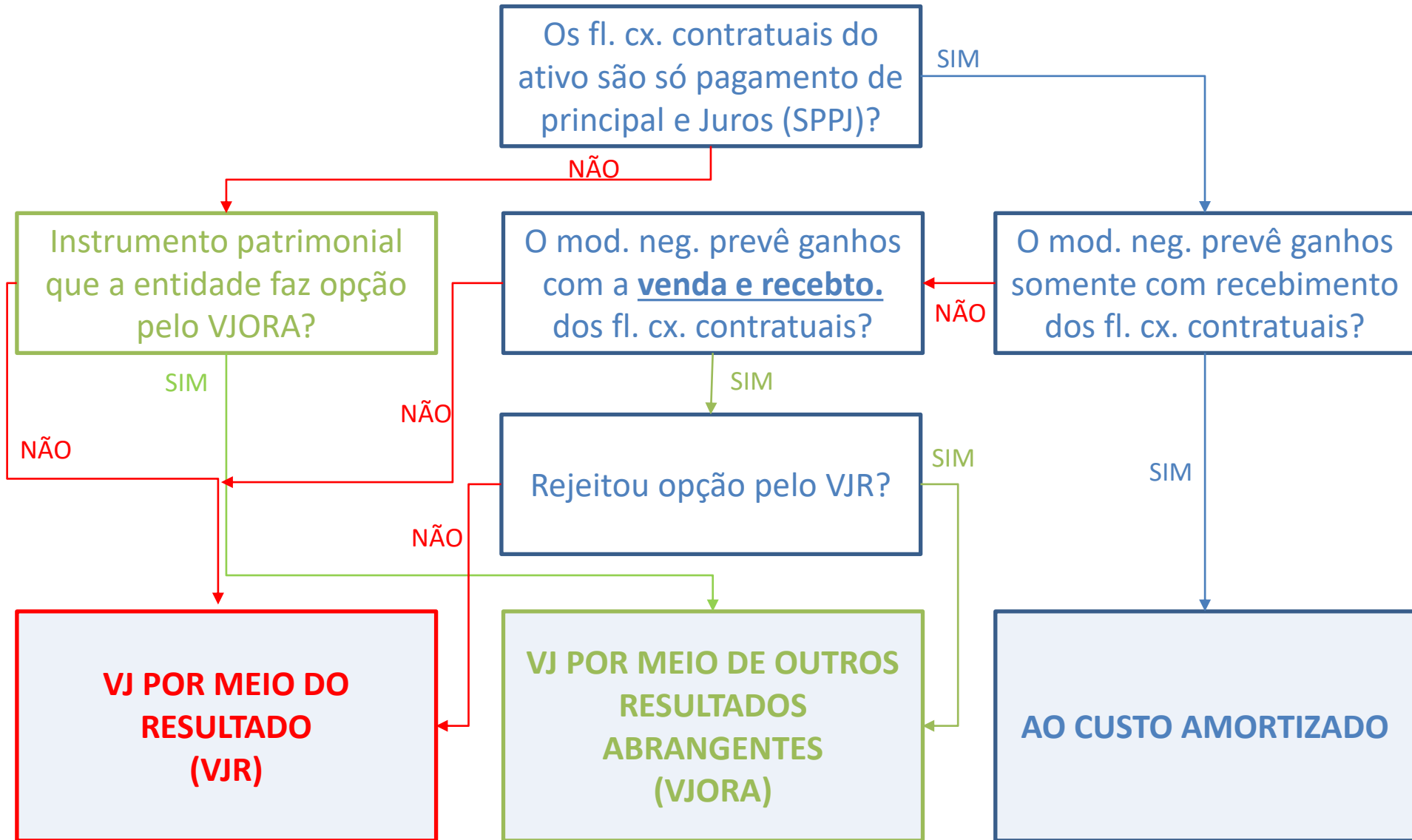
Remunera o valor do dinheiro no tempo e riscos normais em uma operação de crédito



Três categorias de ativos



Três categorias de ativos



MODELO DE NEGÓCIOS

Três categorias de ativos

O modelo de negócios deve refletir como os grupos ativos financeiros são gerenciados para atingir um objetivo comercial específico. O modelo de negócios da entidade não depende das intenções da administração em relação a um instrumento individual, embora uma entidade possa ter mais de um modelo de negócios. Assim, a classificação não precisa ser determinada no nível que a entidade reporta, e uma entidade pode deter carteiras de investimentos com finalidades distintas.

Modelo de negócios

Uma entidade tem um modelo de negócios com objetivo de originar empréstimos a clientes e vende-los a um veículo de securitização, controlado pela entidade, o qual emite instrumentos a investidores. O veículo recebe os fluxos de caixa contratuais e os repassa a seus investidores.

Qual é o modelo de negócios?

Modelo de negócios

Uma entidade tem um modelo de negócios com objetivo de originar empréstimos a clientes e vende-los a um veículo de securitização, controlado pela entidade, o qual emite instrumentos a investidores. O veículo recebe os fluxos de caixa contratuais e os repassa a seus investidores.

Na visão consolidada, o grupo originou empréstimos com o objetivo de mantê-los, contudo, na visão individual da entidade originadora, o objetivo é gerar caixa com a venda desses empréstimos ao veículo de securitização, assim, nas demonstrações financeiras separadas, ela não seria considerada como estando gerenciando essa carteira para receber os fluxos de caixa contratuais.

Modelo de negócios

Uma instituição mantém ativos financeiros para atender a uma eventual necessidade de liquidez em um cenário de estresse.

Qual é o modelo de negócios?

Modelo de negócios

Uma instituição mantém ativos financeiros para atender a uma eventual necessidade de liquidez em um cenário de estresse.

Como a entidade não espera vender esses ativos em cenários normais, podemos considerar que o objetivo do seu modelo de negócios é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais. Por outro lado, se a entidade detém esses ativos para atender necessidades diárias de liquidez, o que a obriga a executar vendas frequentes, não podemos considerar que seu objetivo seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Da mesma forma, se a entidade é obrigada por seu regulador a vender rotineiramente ativos financeiros para demonstrar que os ativos são líquidos, e o valor dos ativos é significativo, não podemos considerar que seu objetivo seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Modelo de negócios

A entidade detém ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais e, quando surgir uma oportunidade, vender para reinvestir em ativos financeiros com retorno mais elevado. Essa entidade investe seu excedente de caixa em ativos financeiros de curto e longo prazos, sendo que muitos desses ativos possuem prazos contratuais que superam o período o de investimentos esperados da entidade.

Qual é o modelo de negócios?

Modelo de negócios

A entidade detém ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais e, quando surgir uma oportunidade, vender para reinvestir em ativos financeiros com retorno mais elevado. Essa entidade investe seu excedente de caixa em ativos financeiros de curto e longo prazos, sendo que muitos desses ativos possuem prazos contratuais que superam o período o de investimentos esperados da entidade.

O objetivo do modelo de negócios é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. No entanto, se a entidade investe em ativos financeiros de curto prazo e, após o vencimento desses ativos, reinveste o caixa em novos ativos financeiros de curto prazo, até o momento em que precisa utilizar esse caixa, devemos considerar que o objetivo desse modelo de negócios é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Modelo de negócios

Uma instituição detém ativos financeiros para atender suas necessidades diárias de liquidez. Para minimizar os custos de manter recursos com liquidez, a entidade gerencia ativamente o retorno sobre a carteira, que consiste no recebimento de pagamentos contratuais e nos resultados da venda de ativos financeiros.

Qual é o modelo de negócios?

Modelo de negócios

Uma instituição detém ativos financeiros para atender suas necessidades diárias de liquidez. Para minimizar os custos de manter recursos com liquidez, a entidade gerencia ativamente o retorno sobre a carteira, que consiste no recebimento de pagamentos contratuais e nos resultados da venda de ativos financeiros.

O objetivo do modelo de negócios da entidade é maximizar o retorno para atender às necessidades diárias de liquidez e ela alcança esse objetivo tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

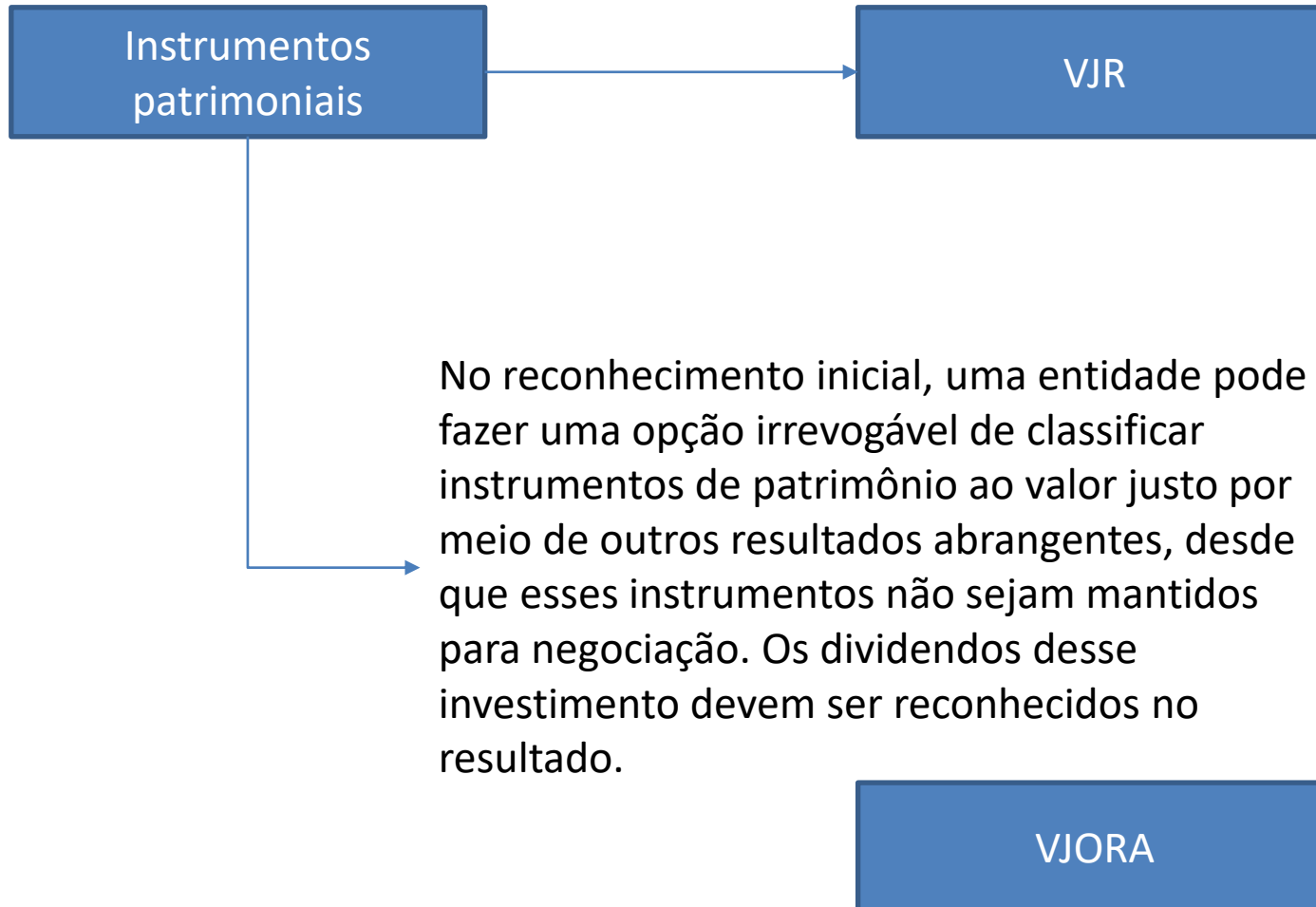
Modelo de negócios

Modelo de negócios

Modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais

A entidade não precisa manter todos esses investimentos até o vencimento para caracterizar seu modelo de negócios, e mesmo se a entidade vende ativos quando observa aumento no risco de crédito ou para gerenciar o risco de concentração, o modelo de negócios não é abalado.

OCI option



Categorias

Uma entidade possui passivos de contratos de seguro cuja mensuração incorpora informações atuais, e ativos financeiros relacionados a esses passivos. Os ativos são títulos públicos federais com alta liquidez.

Podemos inferir algo sobre a classificação desses ativos?

Categorias

Uma entidade possui passivos de contratos de seguro cuja mensuração incorpora informações atuais, e ativos financeiros relacionados a esses passivos. Os ativos são títulos públicos federais com alta liquidez.

Mesmo que, de outro modo, esses ativos fossem mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado, a entidade pode fazer a opção por mensurá-los ao valor justo por meio do resultado, se isso reduzisse ou eliminasse descasamentos contábeis.

CONTABILIZAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Contabilização

Considere que um ativo inicialmente reconhecido pelo valor justo de \$ 100 tenha, na data do relatório contábil, custo amortizado de \$ 115 e valor justo de \$ 124. Efetue os registros contábeis adequados considerando três classificações distintas para o ativo financeiro:

- a. Ao custo amortizado (CA)
- b. Ao valor justo por meio do resultado (VJR)
- c. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Contabilização

Considere que um ativo inicialmente reconhecido pelo valor justo de \$ 100 tenha, na data do relatório contábil, custo amortizado de \$ 115 e valor justo de \$ 124. Efetue os registros contábeis adequados considerando três classificações distintas para o ativo financeiro:

a. Ao custo amortizado (CA)

DRE

Contabilização

Considere que um ativo inicialmente reconhecido pelo valor justo de \$ 100 tenha, na data do relatório contábil, custo amortizado de \$ 115 e valor justo de \$ 124. Efetue os registros contábeis adequados considerando três classificações distintas para o ativo financeiro:

b. Ao valor justo por meio do resultado (VJR)

DRE

Contabilização

Considere que um ativo inicialmente reconhecido pelo valor justo de \$ 100 tenha, na data do relatório contábil, custo amortizado de \$ 115 e valor justo de \$ 124. Efetue os registros contábeis adequados considerando três classificações distintas para o ativo financeiro:

c. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

DRE

PASSIVOS FINANCEIROS

Categorias de passivos

PADRÃO: PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Derivativos

Passivos resultantes de
transferência de ativos VJR
não qualificados para baixa

Garantia financeira:
Maior entre PCLD e valor da
receita diferida

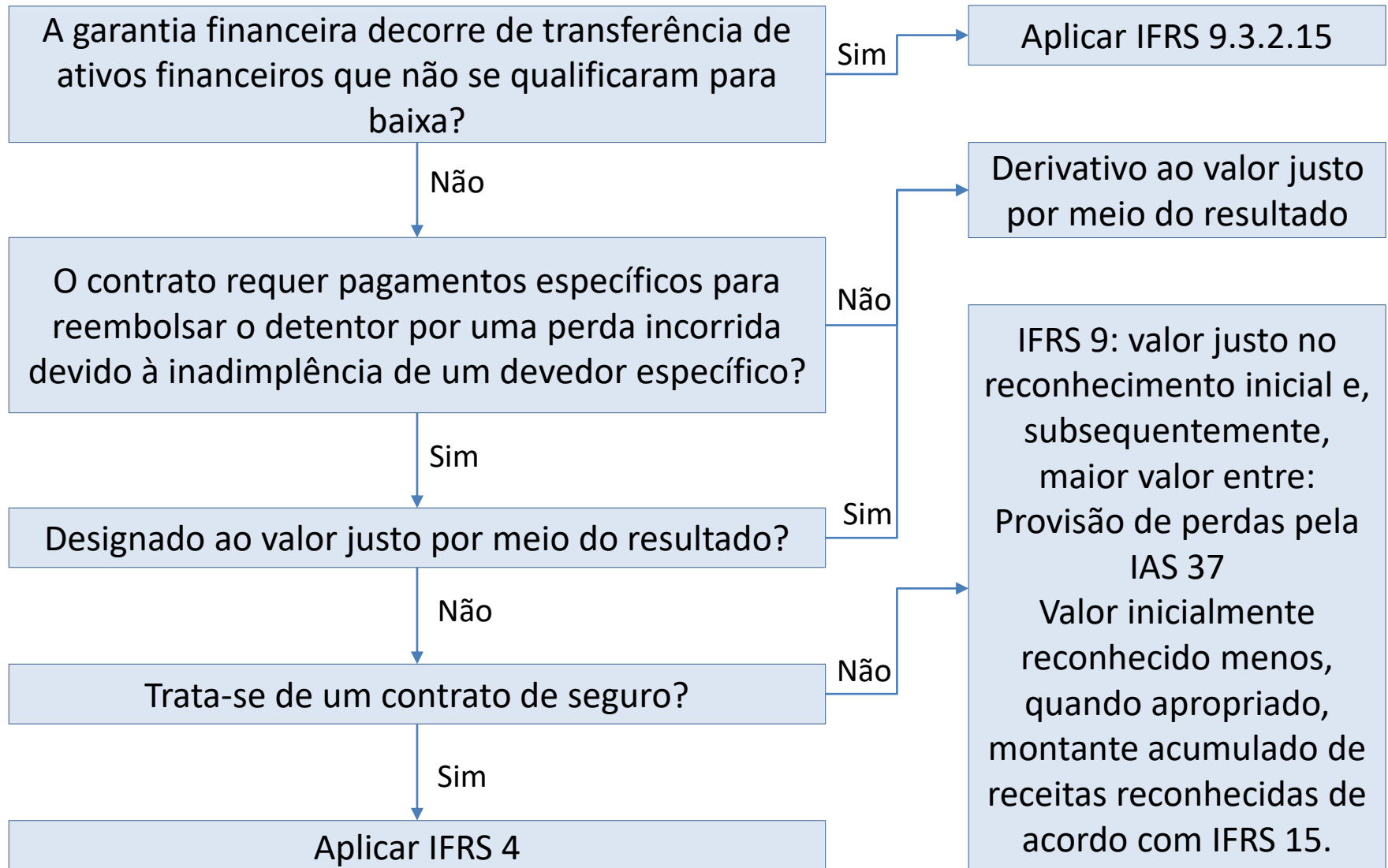
Exceções

Contraprestação em uma
combinação de negócios

Compromissos de fornecer
empréstimos abaixo da taxa
de mercado

Opção pelo VJR

Garantias



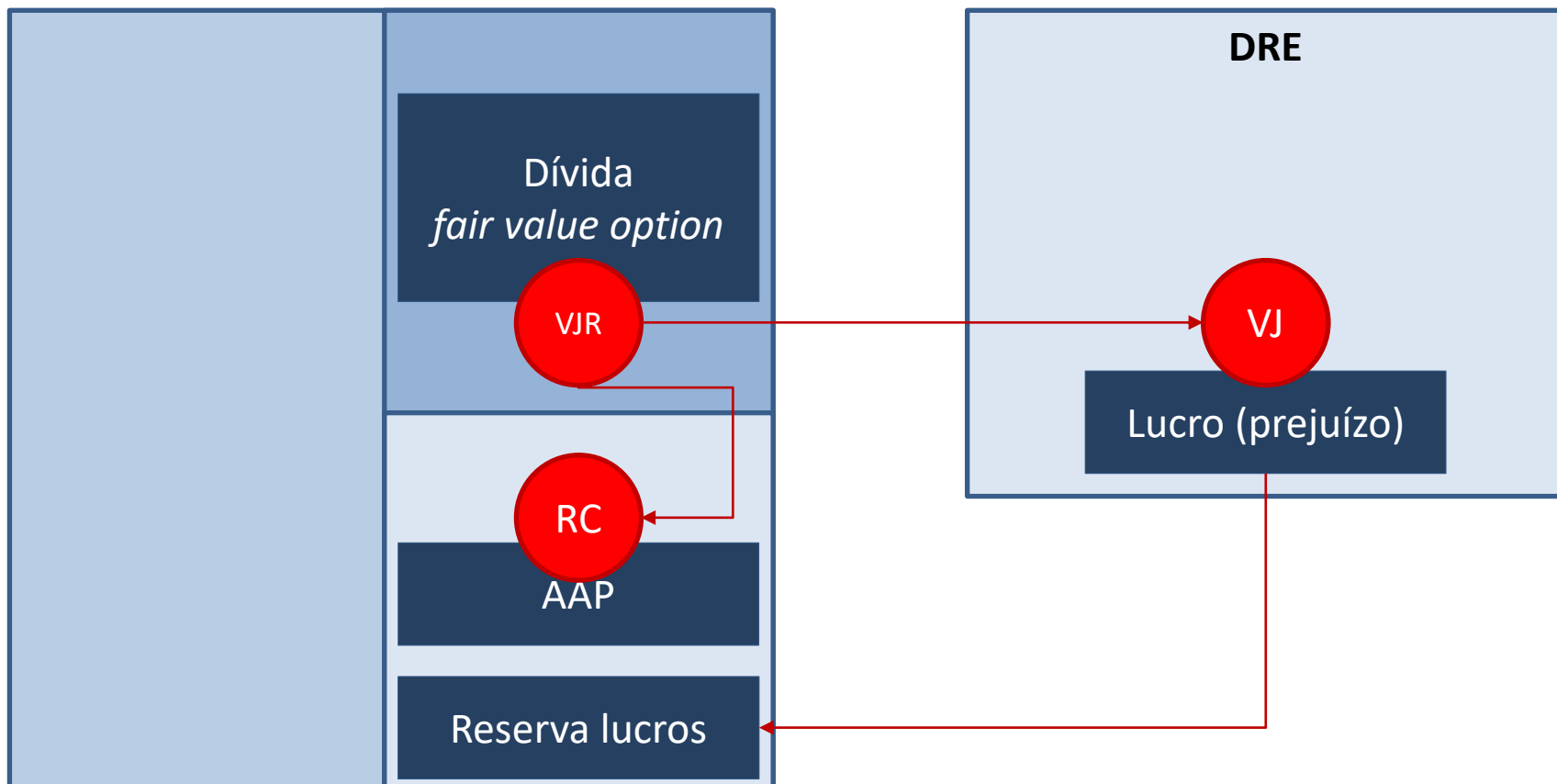
Fair value option

No reconhecimento inicial, uma entidade poderá designar de modo irrevogável um ativo ou um passivo financeiro para a categoria ao valor justo por meio do resultado, se essa opção eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento, algumas vezes referida como descasamento contábil

Ganhos e perdas dos passivos serão reconhecidos conforme abaixo:

- a. A mudança no valor justo do passivo atribuível ao **risco de crédito desse passivo** será apresentada em **outros resultados abrangentes**;
- b. O valor remanescente da mudança no valor justo do passivo será apresentado no resultado.

Fair value option



Categorias

Uma entidade possui ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que compartilham um risco como, por exemplo, risco de taxa de juros, e que dá origem a mudanças opostas no valor justo que tendem a compensar uma à outra. Entretanto, apenas parte dos instrumentos, como derivativos ou ativos mantidos para negociação, seria mensurada ao valor justo por meio do resultado.

Podemos inferir algo sobre a classificação desses instrumentos financeiros?

Categorias

Uma entidade possui ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que compartilham um risco como, por exemplo, risco de taxa de juros, e que dá origem a mudanças opostas no valor justo que tendem a compensar uma à outra. Entretanto, apenas parte dos instrumentos, como derivativos ou ativos mantidos para negociação, seria mensurada ao valor justo por meio do resultado.

Mesmo que, de outro modo, esses ativos fossem mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao custo amortizado, a entidade poderia fazer a opção por mensurá-los ao valor justo por meio do resultado, se isso reduzisse ou eliminasse descasamentos contábeis.

Categorias

Uma entidade emite títulos através de operações estruturadas, que contém derivativos embutidos múltiplos.

Podemos inferir algo sobre a classificação desses instrumentos financeiros?

Categorias

Uma entidade emite títulos através de operações estruturadas, que contém derivativos embutidos múltiplos.

Quando um grupo de instrumentos financeiros tem seu desempenho avaliado com base no valor justo, uma entidade pode optar por classificá-lo como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

RECLASSIFICAÇÕES

Reclassificações

Os ativos financeiros só podem ser reclassificados quando uma entidade mudar seu modelo de gestão de ativos financeiros, enquanto os passivos financeiros não devem ser reclassificados

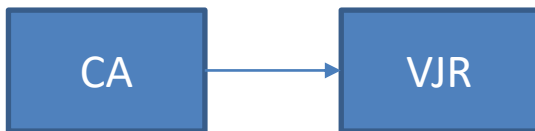
Reclassificações

Quais dos exemplos abaixo representam uma mudança no modelo de negócios de uma entidade?

- a. Uma entidade detém uma carteira de empréstimos para venda no curto prazo e adquire uma empresa que gerencia empréstimos comerciais e que detém esses ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.
- b. Uma mudança na intenção relativa a instrumentos financeiros específicos.
- c. O desaparecimento temporário de um mercado específico.
- d. Uma empresa de serviços financeiros decide encerrar seu negócio de hipoteca de varejo. Essa unidade não mais aceita novos negócios, e a empresa de serviços financeiros está comercializando ativamente sua carteira de empréstimos hipotecários.
- e. Uma transferência de ativos financeiros entre partes da entidade com modelos de negócios diferentes.

Reclassificações

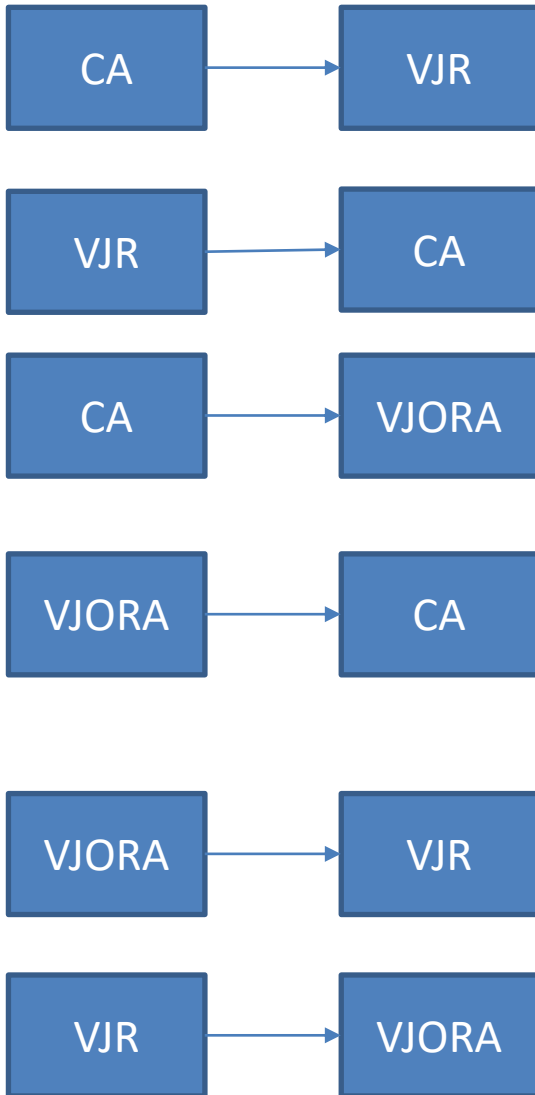
Considerando a forma de mensuração de cada categoria de ativo financeiro e as contrapartidas da evolução no custo amortizado e das variações no seu valor justo, anote para cada possível reclassificação, o que deveria mudar na mensuração do ativo, nos valores acumulados em outros resultados abrangentes ou na DRE, conforme o modelo.



Quando um ativo financeiro é reclassificado da categoria de mensurado ao custo amortizado (CA) para mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), o valor justo do ativo é mensurado na data da reclassificação e os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

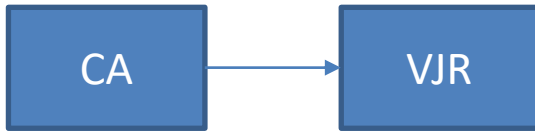
Efeitos prospectivos

Reclassificações

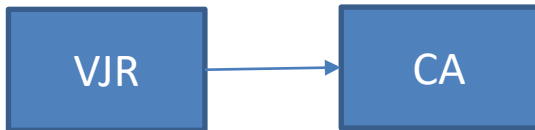


O valor justo é mensurado na data da reclassificação e os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

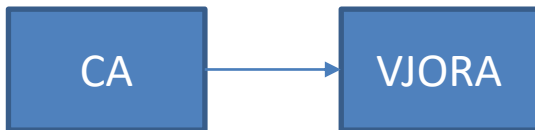
Reclassificações - respostas



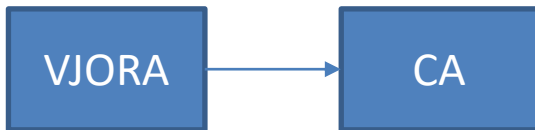
O valor justo é mensurado na data da reclassificação e os ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.



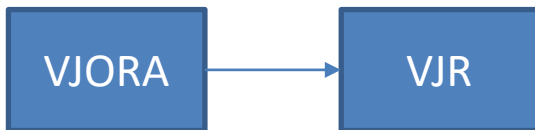
O valor justo na data da reclassificação torna-se seu novo valor contábil bruto.



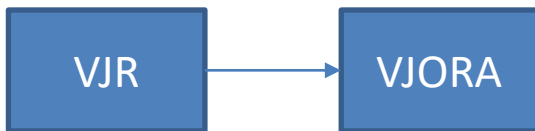
O valor justo é mensurado na data da reclassificação e os ganhos ou perdas são reconhecidos em outros resultados abrangentes.



O ativo é mensurado ao valor justo na data de reclassificação e os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são removidos do PL e ajustados contra o valor justo do ativo financeiro.



O ativo continua a ser mensurado a valor justo, e os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados do PL para a DRE.



As mudanças são apenas prospectivas.

**EXERCÍCIO
SOBRE
CLASSIFICAÇÕES**

Categorias

Em qual categoria de instrumentos financeiros os ativos e passivos abaixo deveriam ser enquadrados, segundo a IFRS 9?

Carteira de ações de empresas de óleo e gás, que a entidade pretende manter como investimentos de longo prazo.

Carteira de ações de empresas de consumo cíclico, que a entidade pretende negociar no curto prazo.

Recebíveis que a entidade costuma vender para um FIDC.

Investimento em títulos públicos que será mantido até o vencimento.

Aplicações em títulos que a entidade mantêm para gestão de liquidez, auferindo resultados com a venda, mas também com os fluxos de caixa contratuais dos títulos.

Empréstimo tomado junto ao BNDES.

Categorias

Em qual categoria de instrumentos financeiros os ativos e passivos abaixo deveriam ser enquadrados, segundo a IFRS 9?

Swaps não caracterizados como hedge.

Opções utilizadas para hedge econômico, mas não designadas para hedge accounting.

Cotas de fundos de investimentos.

Passivo surgido da transferência de um ativo ao valor justo por meio do resultado, não qualificada para baixa.

Captação através da emissão de debêntures.

**TRANSFERÊNCIA
OU RETENÇÃO
DE RISCOS E
BENEFÍCIOS**

Desreconhecimento

Uma entidade baixará um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo **expirarem, ou**
- **Transferir o ativo** financeiro **e** a transferência **se qualificar para baixa**

A **transferência do ativo** financeiro ocorre quando:

- a. A entidade transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo, ou
- b. Quando retém os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo, mas assume uma obrigação de pagar os fluxos de caixa a um ou mais recebedores.

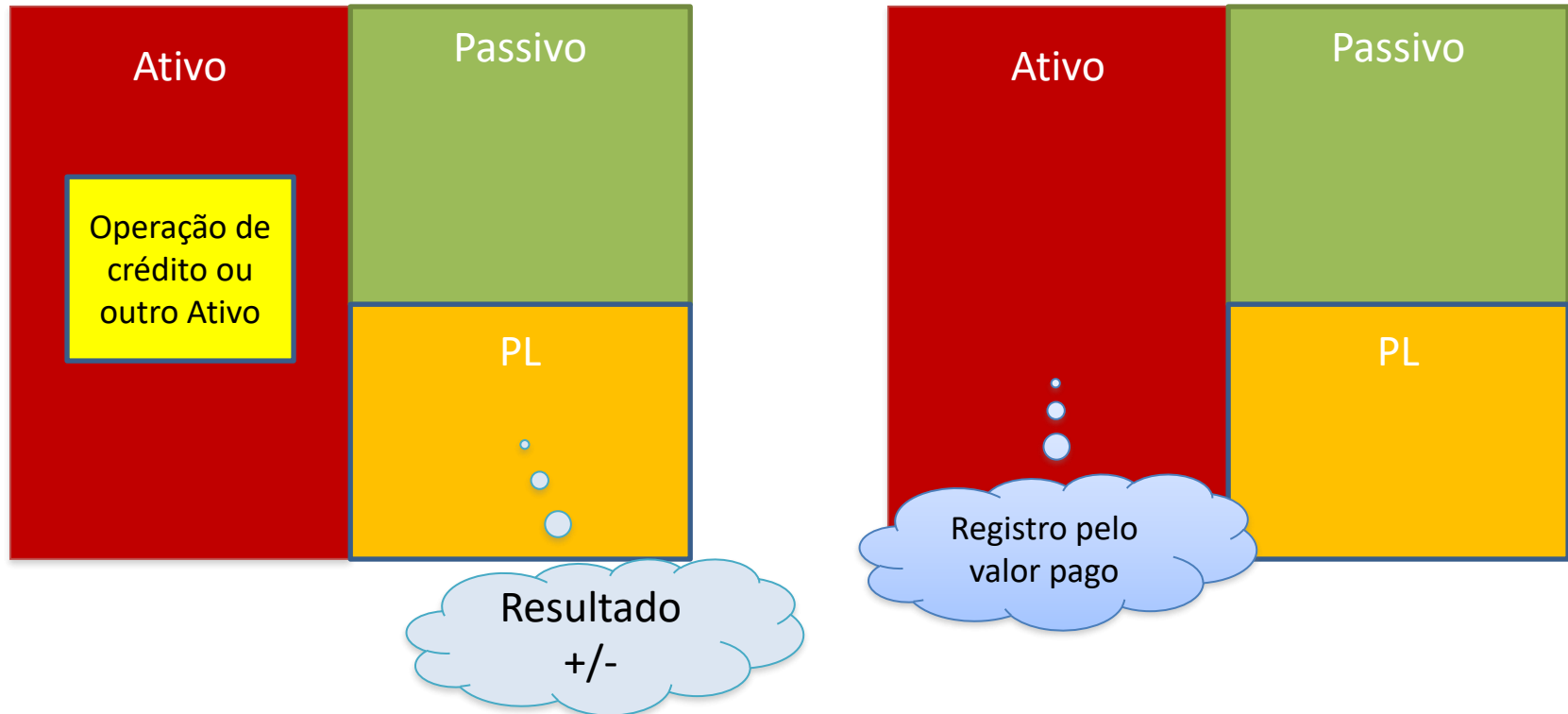


Qual a diferença?

Transferência de riscos e benefícios

Instituição cedente

☐ Instituição cessionária



Se a entidade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela baixará o ativo e reconhecerá separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos na transferência.

Transferência de riscos e benefícios

Uma entidade vendeu sua carteira de recebíveis, que estava contabilizada pelo valor de \$ 230.000, e ainda havia uma redução de \$ 15.000 por conta de perdas esperadas.

CR 230.000
Impairment (15.000)

Suponha que a carteira tenha um único vencimento, 3 anos após a data da cessão realizada, e tenha valor futuro de \$ 300.000.

A carteira foi vendida por \$ 225.000 e o comprador (cessionário) assumiu todos os riscos e benefícios dos ativos cedidos. Registre as contabilizações e apure o resultado da transação.

Transferência de riscos e benefícios

Recebíveis (ativo)			
SI	230.000	215.000	2
	(15.000)		

Disponibilidades	
1	225.000

Ganho(Perda) na Cessão			
2	230.000	225.000	1

Despesa (Reversão) PCLD	
15.000	2

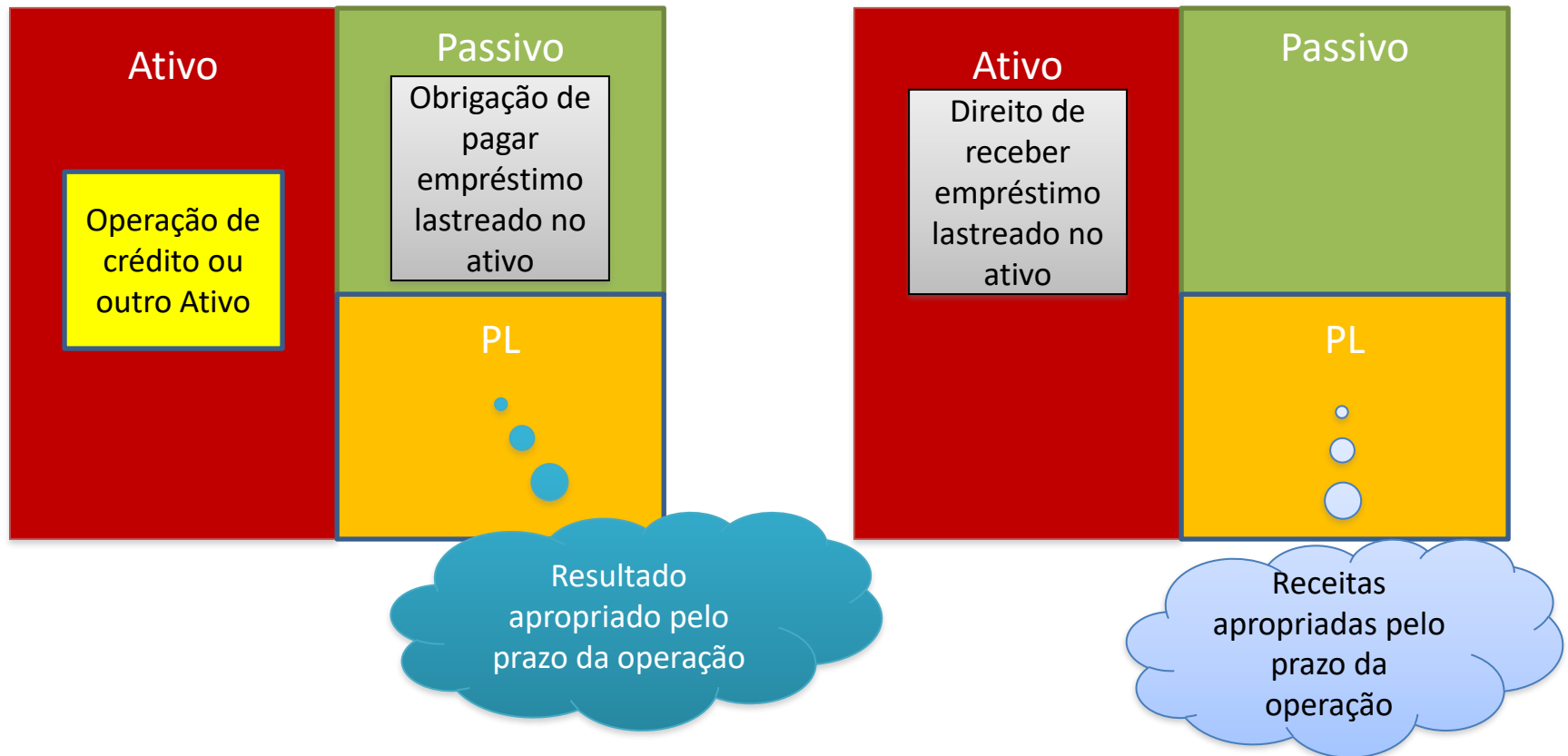
Ganho: 10.000

- 1 – Venda do ativo
- 2 – Baixa do ativo

Retenção de riscos e benefícios

Instituição cedente

☐ Instituição cessionária



Se a entidade reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela continuará a reconhecer o ativo financeiro.

Retenção de riscos e benefícios

Uma entidade vendeu sua carteira de recebíveis, que estava contabilizada pelo valor de \$ 215.000.



CR 215.000

Suponha que a carteira tenha um único vencimento, 3 anos após a data da cessão realizada, e tenha valor futuro de \$ 300.000.

A carteira foi vendida por \$ 225.000, mas o vendedor (cedente) assumiu uma obrigação de 100% dos riscos dos ativos cedidos. Registre as contabilizações e apure o resultado da transação ao final de 3 anos.

Compare o resultado desse exercício com o do exercício anterior, quando riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

Retenção de riscos e benefícios

Recebíveis (ativo)

SI	215.000	300.000	4
2.1	25.251		
2.2	28.217		
2.3	31.532		

Captações (passivo)

4	300.000	225.000	1
		22.645	3.1
		24.924	3.2
		27.431	3.3

Receita de Juros

	25.251	2.1
	28.217	2.2
	31.532	2.3

Despesas de Juros

3.1	22.645
3.2	24.924
3.3	27.431

Disponibilidades

1	225.000
---	---------

Lucro: 10.000

- 1 – Venda do ativo
- 2 – Apropriação de rendas do recebível – nos 3 anos
- 3 – Apropriação de despesas da captação – nos 3 anos
- 4 – Baixa da operação (crédito adimplente)

Retenção de riscos e benefícios

Uma entidade vende um ativo com custo amortizado de \$ 100.000, com valor futuro de \$ 160.000 em 2 anos, à taxa de 20% a.a., obtendo \$ 111.111. Após análise, considerou que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram substancialmente retidos. Como registrar contabilmente essa transferência?

Considere as informações abaixo para resolver o problema:

$VP_1 = \$ 100.000$; $VF_1 = \$ 160.000$; $TEJ_1 = 26,49\%$ a.a.

$VP_2 = \$ 111.111$; $VF_2 = \$ 160.000$; $TEJ_2 = 20,00\%$ a.a.

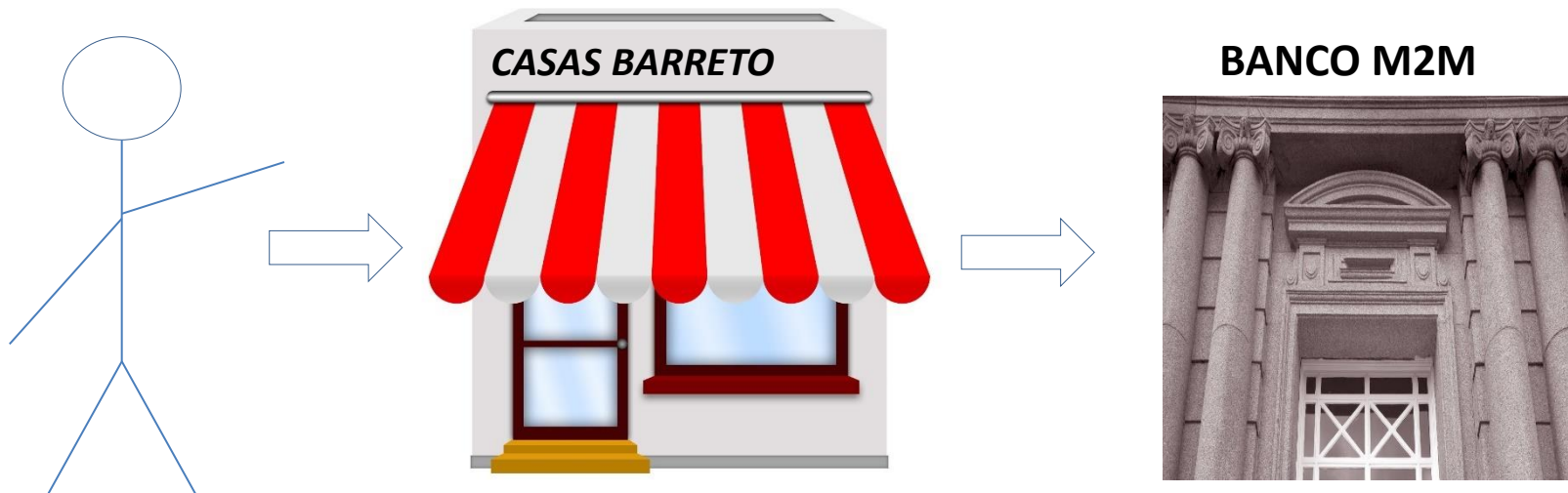
Retenção de riscos e benefícios

Uma entidade vende um ativo com custo amortizado de \$ 100.000, com valor futuro de \$ 160.000 em 2 anos, à taxa de 20% a.a., obtendo \$ 111.111. Após análise, considerou que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram substancialmente retidos. Como registrar contabilmente essa transferência?

TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE

Transferência do controle

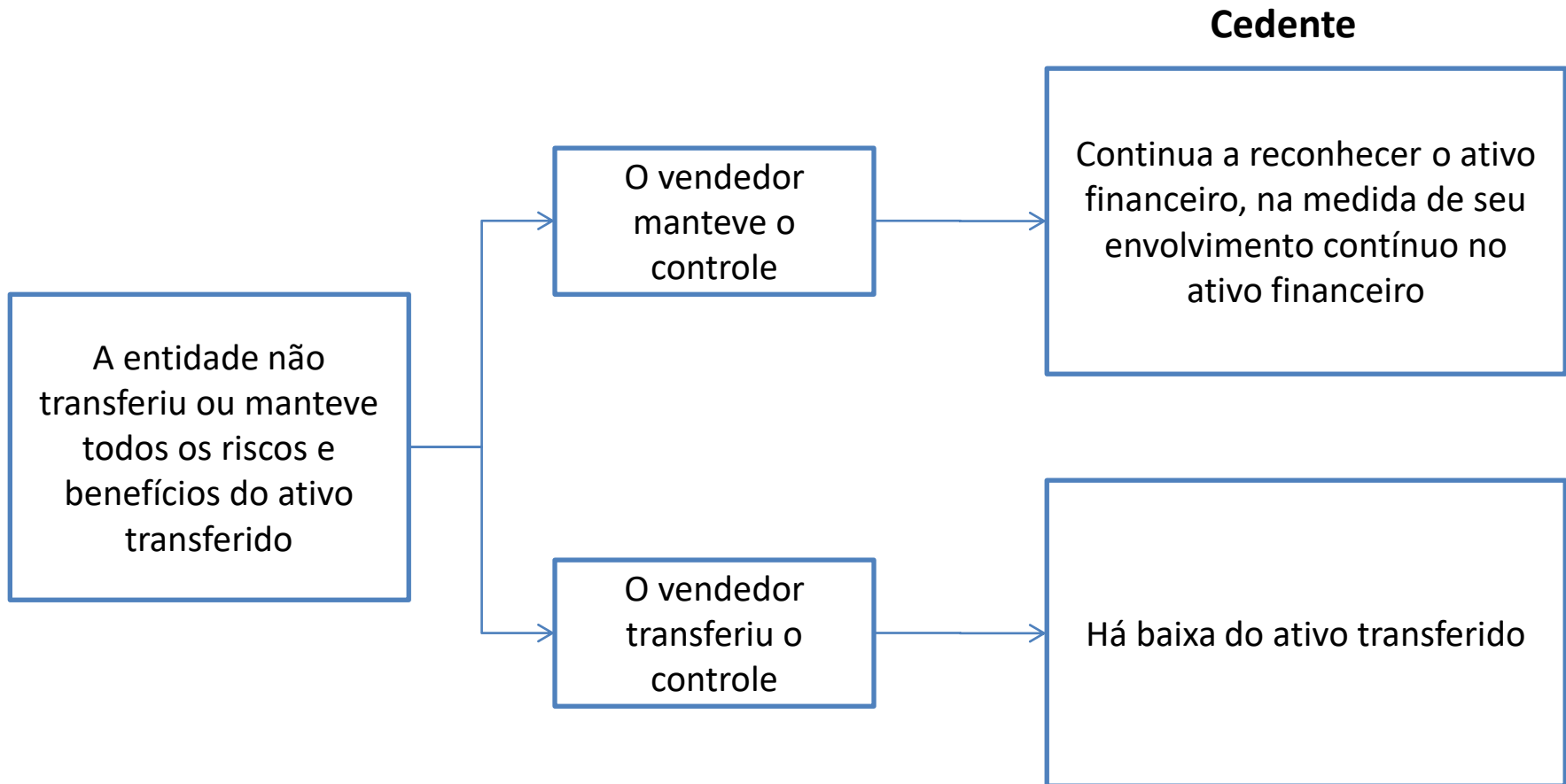
Se a entidade não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela determinará se reteve o controle do ativo financeiro.



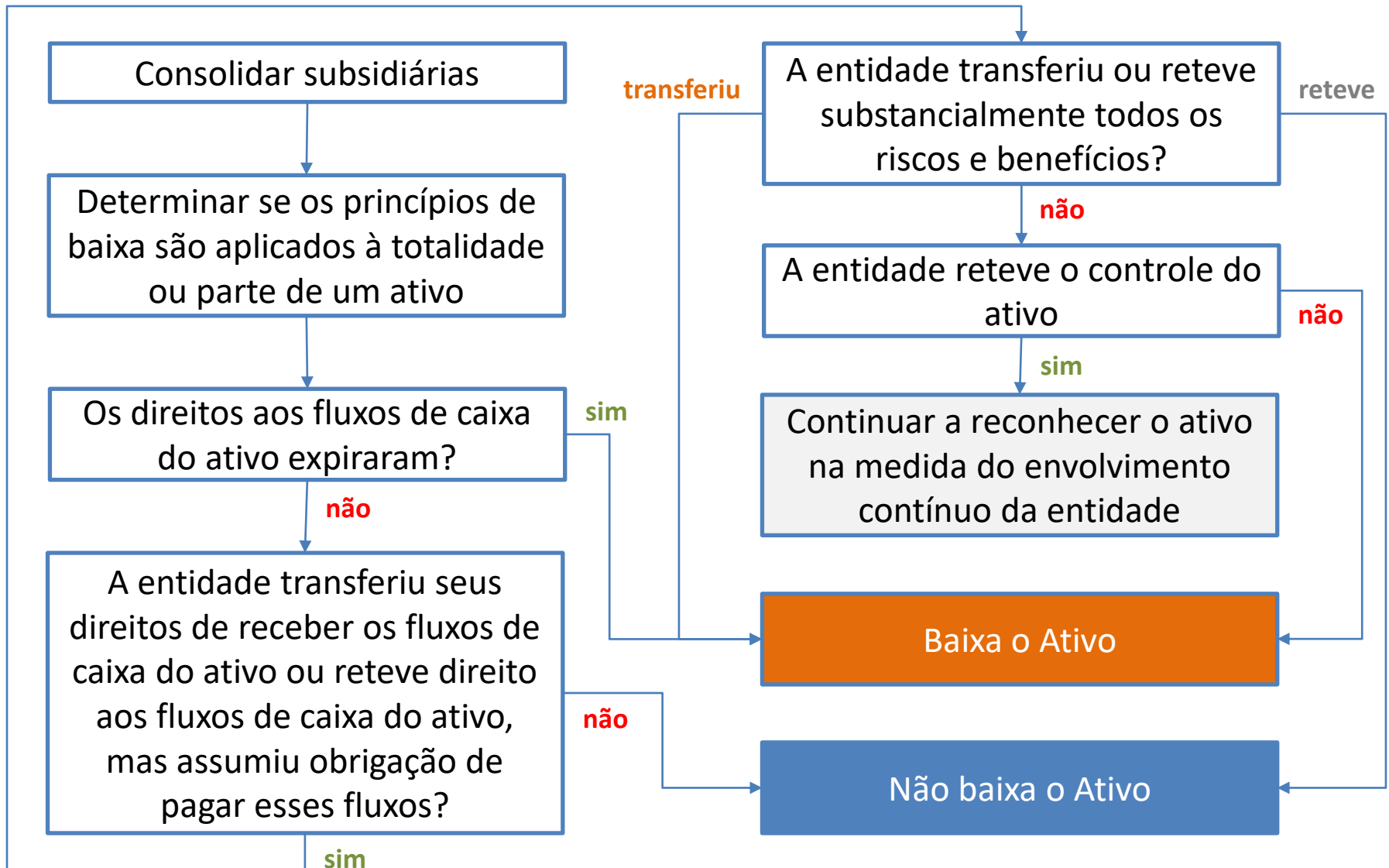
Controle: Direito de transferir ou vender o ativo de forma autônoma

Um cessionário possui a capacidade prática de vender o ativo transferido, se ele for negociado em um mercado ativo, pois o cessionário poderia recomprar o ativo transferido no mercado quando precisasse devolvê-lo.

Transferência do controle



Fluxo de baixa



Envolvimento contínuo



A extensão do envolvimento contínuo é o menor valor entre:

- (i) o valor do ativo e
- (ii) o valor da garantia

Quando uma entidade continua a reconhecer um ativo na medida do seu envolvimento contínuo, ela também reconhece um passivo correspondente.

Envolvimento contínuo

O valor contábil líquido do passivo em uma transferência será:

- a. O custo amortizado dos direitos e obrigações retidos pela entidade, se o ativo transferido foi mensurado ao custo amortizado, ou
- b. Igual ao valor justo dos direitos e obrigações retidos pela entidade, quando mensurado de forma individual, caso o ativo transferido seja mensurado ao valor justo.

Uma entidade vende um grupo de ativos com custo amortizado de \$ 100.000, com valor futuro de \$ 160.000 em 2 anos, à taxa de 20% a.a., obtendo \$ 111.111. Uma parte desses ativos, correspondente a 10% do recebível, é garantida pela entidade, e o restante não tem nenhuma garantia. A partir do ativo de \$ 100.000, registre as movimentações requeridas para a transação de transferência, sabendo que houve retenção do controle pelo vendedor.

Envolvimento contínuo

VP = \$ 100.000; VF = \$ 160.000; TEJ = 26,49% a.a.

VP = \$ 111.111; VF = \$ 160.000; TEJ = 20,00% a.a.

Resumo

Mais riscos e benefícios transferidos do cedente para o cessionário

Situação		Tratamento contábil no cedente
A totalidade dos R&B foi substancialmente transferida		Baixa o ativo transferido e reconhece quaisquer novos ativos ou passivos
A totalidade dos R&B não foi nem retida nem transferida	Controle transferido pelo cedente – cessionário pode transferir o ativo de forma autônoma	
	Controle retido pelo cedente – cessionário não pode transferir o ativo de forma autônoma	Continua reconhecendo parte do ativo e cria um passivo na medida do seu envolvimento contínuo
A totalidade dos R&B foi substancialmente retida		Continua reconhecendo o ativo e, em contrapartida aos valores recebidos, reconhece um passivo financeiro

EXERCÍCIO SOBRE BAIXA

Exercício

Assinale as alternativas onde os ativos se qualificam para desreconhecimento pelas regras da IFRS 9:

- () Venda de um ativo financeiro em transação na qual o vendedor não retém nenhum direito ou obrigação associada com o ativo vendido
- () Venda de um ativo financeiro na qual o ativo retornará para o vendedor por um preço preestabelecido em uma data futura
- () Venda de títulos com alta liquidez quando não há nem retenção nem transferência substancial de riscos e benefícios
- () Venda de um ativo financeiro com garantia de 20% sobre as perdas prováveis
- () Venda de recebíveis para um fundo, que deve assumir todos os riscos do ativo comprado. No entanto, a entidade vendedora continuará gerenciando os contatos com o devedor, inclusive os serviços de cobrança
- () Venda de um ativo financeiro sem liquidez, na qual não há nenhuma restrição de negociação por parte do comprador, mas existe uma cláusula call a favor do vendedor

Controle versus cobrança

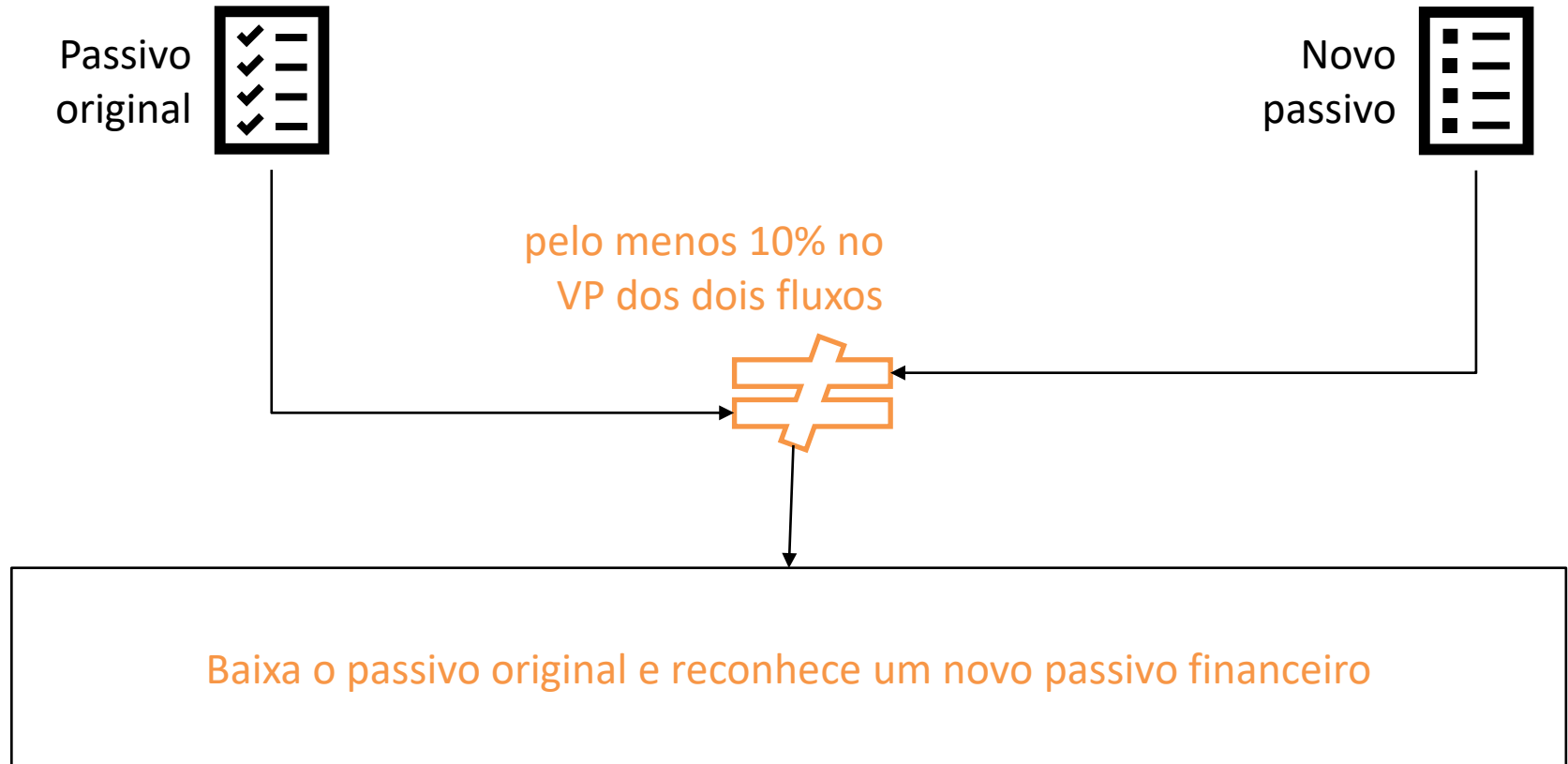
Não confunda **CONTROLE** com a subsequente prestação de serviços de **COBRANÇA**. No exemplo abaixo, a Casas Barreto pode continuar em contato com o cliente, sem mudar seu canal de pagamento, e ainda assim transferir o controle do ativo ao Banco M2M.



Controle: Direito de transferir ou vender o ativo de forma autônoma

**BAIXA DE
PASSIVOS
FINANCEIROS**

Baixa de passivo ou renegociação?



EXERCÍCIO SOBRE BAIXA

Baixa de passivos financeiros

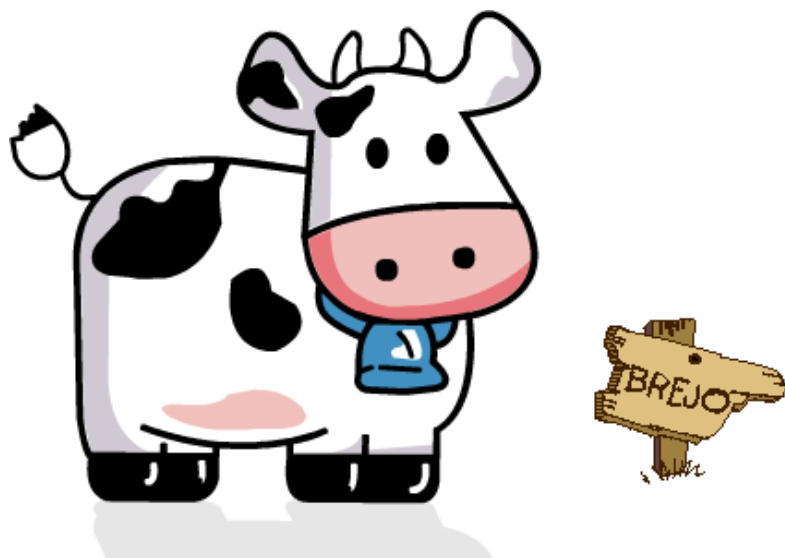
Uma dívida com valor contábil de 100.000, valor futuro de 130.000 e vencimento em 1 ano, foi renegociada à taxa de mercado de 17% a.a. Registre contabilmente os efeitos da renegociação.

Baixa de passivos financeiros

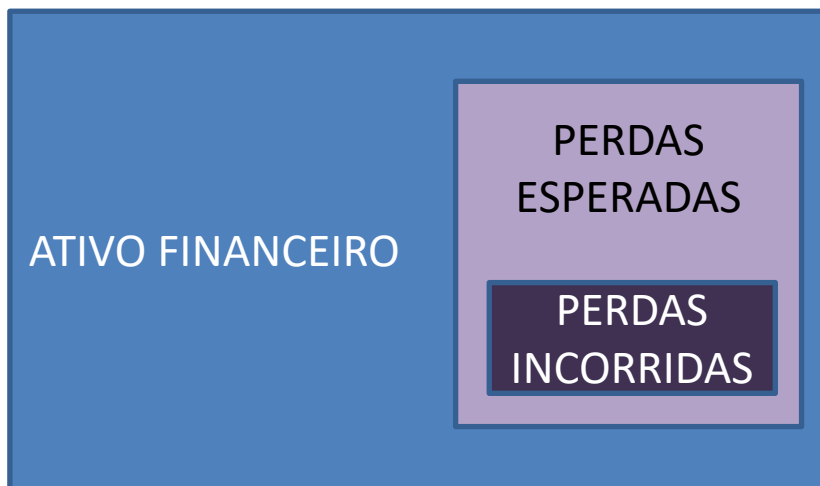
Refaça o exercício anterior considerando que a dívida foi renegociada à taxa de 25%, e para isso, a entidade pagou uma taxa de renegociação de \$ 2.000.

IMPAIRMENT

IFRS 9 - Perda esperada x perda incorrida



IFRS 9 - Perda esperada x perda incorrida



PCLD: Valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

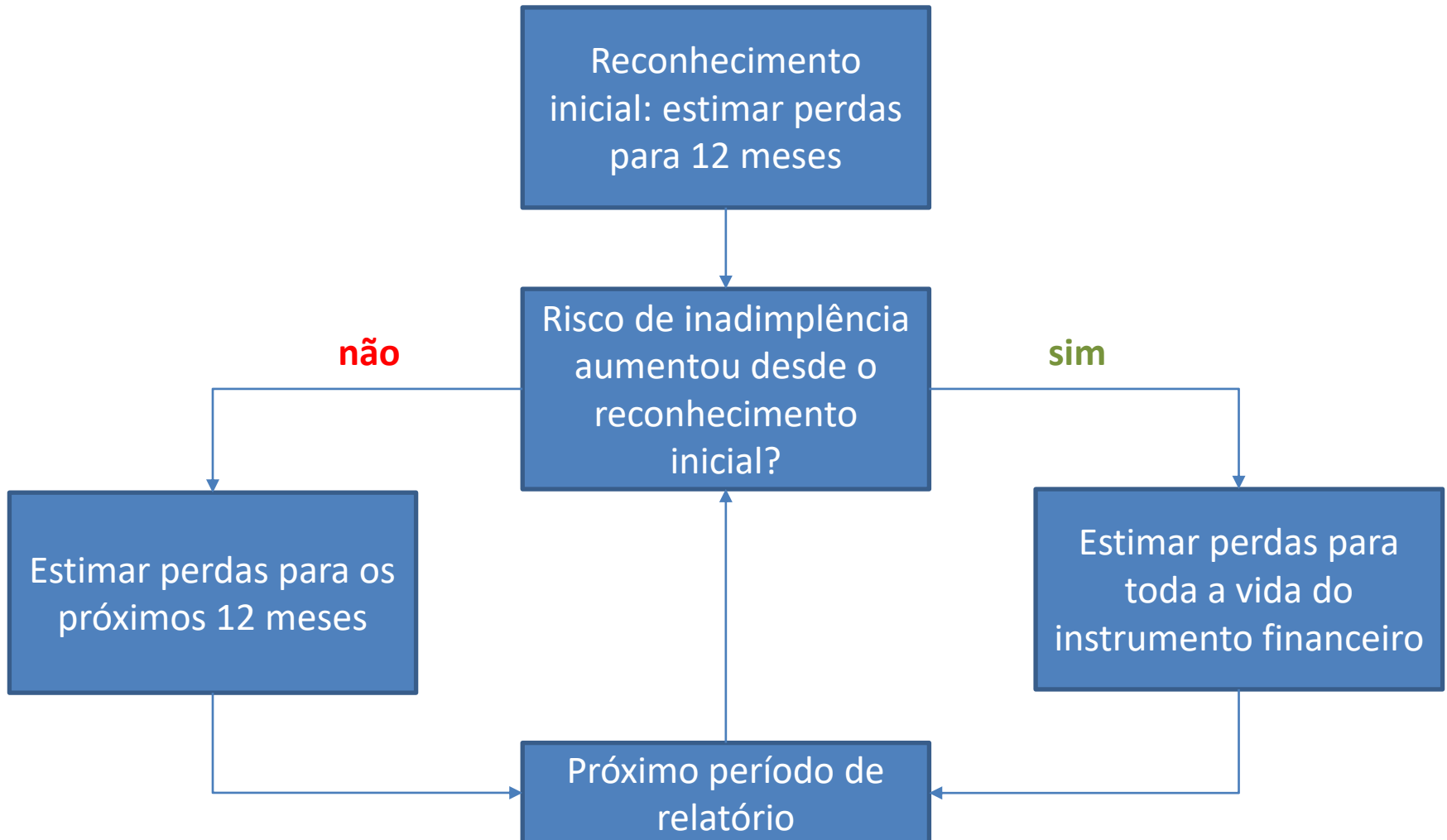
IFRS 9 - Perdas de crédito

A avaliação sobre se as perdas de crédito esperadas deveriam ser reconhecidas baseia-se em **umentos significativos na probabilidade ou risco de inadimplência** que ocorre desde o reconhecimento inicial e não com base em evidência de problemas de crédito ou inadimplência real

Se o risco de crédito de um instrumento financeiro **não tiver aumentado** significativamente desde o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar a **provisão** a um valor equivalente às **perdas de crédito esperadas para 12 meses**



IFRS 9 - Fluxo PCLD



IFRS 9 - Avaliação em 12 meses

Se uma entidade tiver mensurado a provisão para perdas por um valor equivalente às perdas permanentes de crédito esperadas no período anterior, mas entende que no período atual não existe diferença significativa no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ela passa a mensurar a provisão para perdas a um valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses da data de relatório atual



IFRS 9 - Determinar se RC aumentou

- a. Mudanças significativas em **indicadores internos de risco**, incluindo o spread de crédito.
- b. Mudanças significativas em **indicadores externos de risco**, os quais podem incluir:
 - Spread de crédito; preços de derivativos de crédito; diferença do valor justo para o custo amortizado do instrumento; outras informações.
- c. Mudança ocorrida ou esperada na **classificação externa do instrumento financeiro ou do seu emissor**, ou aumentos no risco de crédito de outros instrumentos financeiros do mesmo mutuário;
- d. **Mudanças adversas** existentes ou previstas **nas condições de negócios, financeiras, econômicas, ambiente regulatório ou tecnológico**;
- e. Mudança significativa existente ou esperada nos **resultados operacionais do devedor**, tais como receitas ou margens decrescentes, riscos operacionais, menor qualidade do ativo, maior alavancagem, problemas de liquidez, problemas de gestão, mudanças no escopo da entidade, como descontinuação de um segmento, etc.;
- f. Mudanças significativas no **valor ou na qualidade de garantias** que sustentam a obrigação;
- g. Informações sobre **atrasos nos pagamentos**.
- h. Presunção refutável: atraso > 30 dias**

Definição de risco de crédito

Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao **não cumprimento** pelo tomador ou contraparte **de suas respectivas obrigações financeiras** nos termos pactuados, à **desvalorização** de contrato de crédito **decorrente da deterioração na classificação de risco** do tomador, à **redução de ganhos ou remunerações**, às **vantagens concedidas na renegociação** e aos **custos de recuperação**. (Res. 3721)

Mensuração do risco de crédito: preciso conhecer a probabilidade de inadimplência associada à contraparte.

IFRS 9 - Impairment de ativos financeiros

Abordagem simplificada

“Lifetime expected credit loss”: recebíveis comerciais ou ativos contratuais dentro do escopo da IFRS 15 e recebíveis de arrendamento.

Illustrative Example n. 12, §§IE74-IE77

Matriz de Provisão ("Aging List")					
		Atraso do recebível			
	Corrente	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	mais de 90 dias
"Default rate"	0,30%	1,60%	3,60%	6,60%	10,60%
	Recebível				
	Custo	LTECLA			
Corrente	15.000.000	45.000			
Até 30 dias	7.500.000	120.000			
de 31 a 60 dias	4.000.000	144.000			
de 61 a 90 dias	2.500.000	165.000			
mais de 90 dias	1.000.000	106.000			
Total	30.000.000	580.000		1,93%	

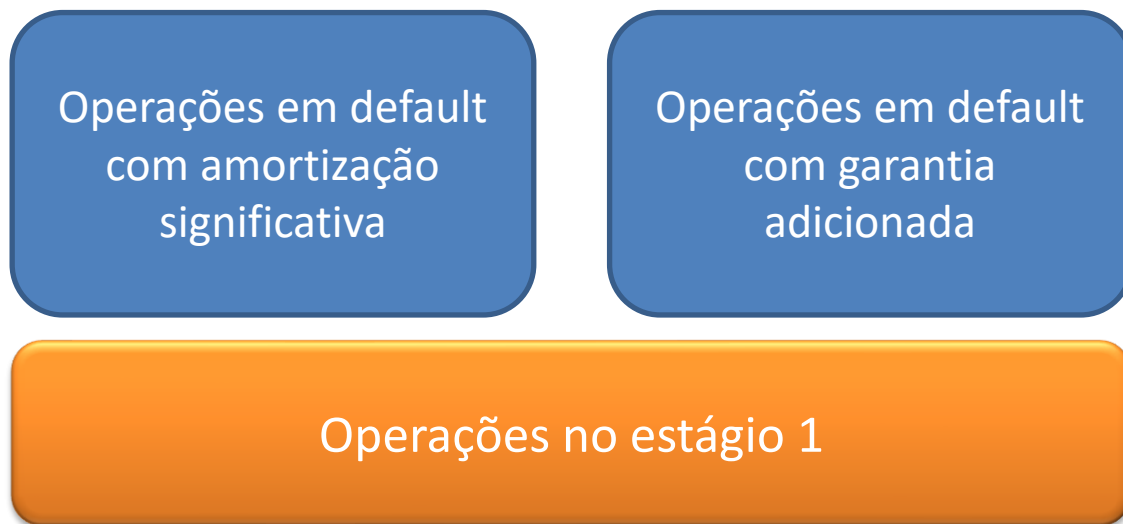
IFRS 9 - Impairment de ativos financeiros

Abordagem de três estágios



	Risco de crédito inicial	Risco de crédito > Risco de crédito inicial	Evento de default
PCLD	Perda estimada próximos 12 meses	Perda estimada toda vida do IF	Perda estimada toda vida do IF

IFRS 9 - Cura de operações no estágio 3



Comparar perda histórica de grupos para definir parâmetros de cura.

Em 1/janeiro, uma entidade concedeu um crédito de \$ 3.010, a ser recebido em 36 parcelas de \$ 100, com taxa efetiva de juros de 1% a.m., algo próximo da taxa de mercado na data da concessão. A entidade avalia que mudanças na probabilidade de default dos próximos 12 meses representam uma aproximação razoável de mudanças na PD do ativo como um todo, podendo ser usada para determinar se o risco de crédito teve acréscimo significativo desde o reconhecimento inicial. Sabendo que no reconhecimento inicial a $PD_{12m} = 1\%$, calcule o valor da PCLD nas seguintes situações:

- No reconhecimento inicial, considerando que $LGD = 25\%$;
- Em 1/fevereiro, com apenas 35 parcelas a receber, considerando $PD_{12m} = 1\%$, $PD_{LT} = 3\%$ e $LGD = 25\%$;
- Em 1/fevereiro, com apenas 35 parcelas a receber, considerando $PD_{12m} = 2\%$, $PD_{LT} = 6\%$ e $LGD = 25\%$.

Exercício

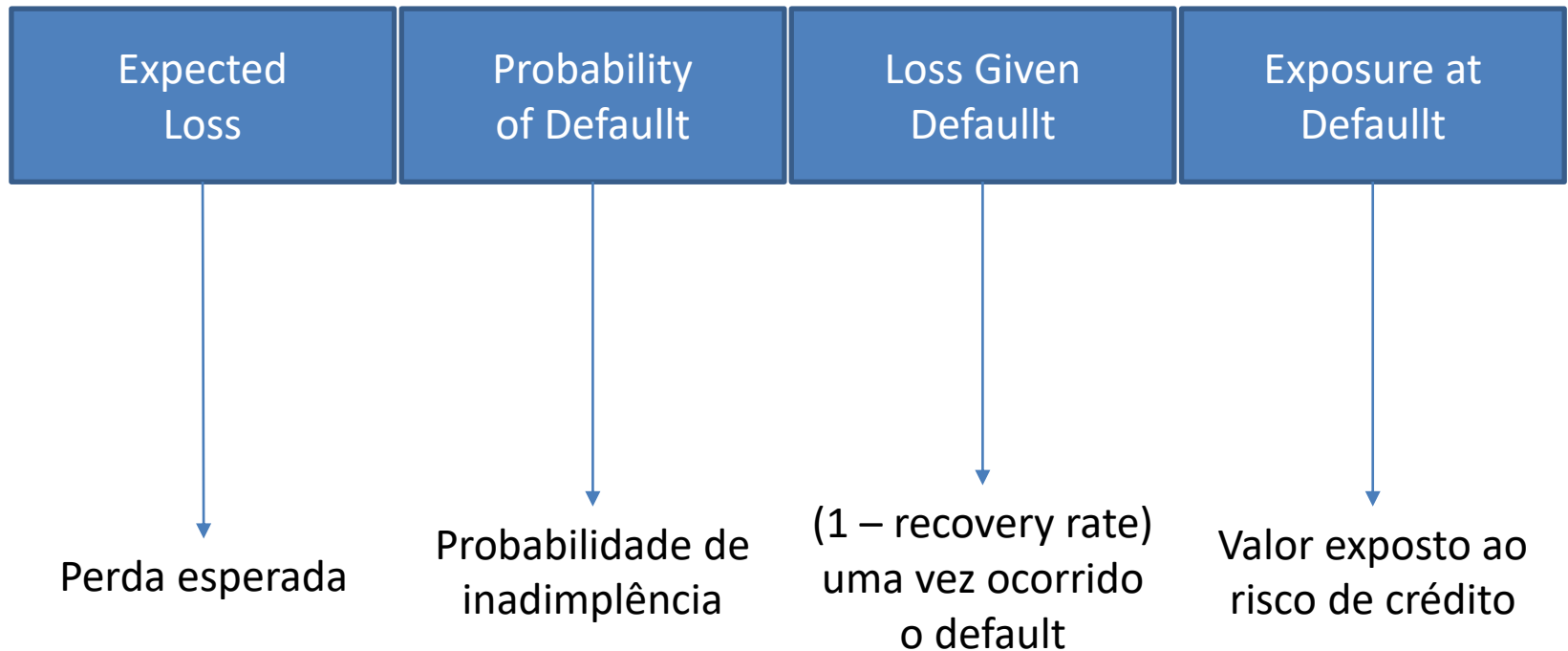
PD_{12m} no reconhecimento inicial = 1%

Perdas esperadas e inesperadas



Perdas esperadas

$$EL = PD * LGD * EAD$$



Perdas esperadas

$$EL = PD * LGD * EAD$$



Esta é a probabilidade de ocorrer default em um determinado futuro. Sob o IFRS 9, algumas vezes usamos a PD para os próximos 12 meses do ativo, e em outras, usamos a PD para toda a vida do ativo.

Perdas esperadas

$$EL = PD * LGD * EAD$$

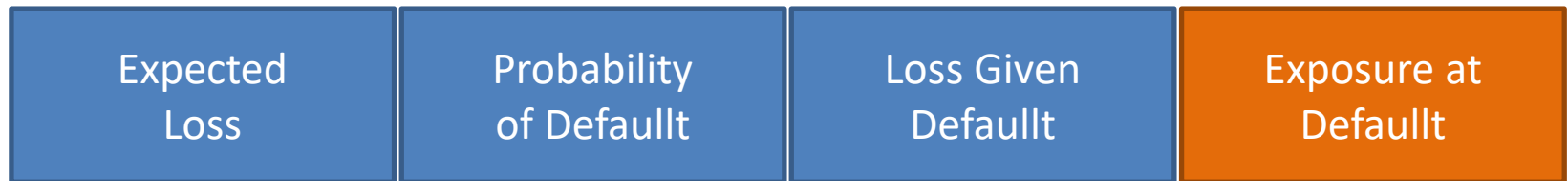


$$LGD = \frac{EAD - \sum(\text{Fluxos de entrada} - \text{custos de recuperação})}{EAD}$$

Quando ocorre o evento de default, nem sempre a totalidade do valor dos ativos é perdida. Após default, uma parte do ativo (ou ele todo) ainda pode ser recuperada. O LGD calcula qual será a proporção perdida após um evento de default.

Perdas esperadas

$$EL = PD * LGD * EAD$$



EAD é o valor da exposição ao risco de default.

EAD = Saldo consumido pelo cliente
+ fator de conversão de crédito (FCC)
+ valor de mercado de derivativos c/ add-on (simulações)

Perdas esperadas

$$EL = PD * LGD * EAD$$



A perda esperada é uma função da probabilidade de default e do percentual que provavelmente será perdido na ocorrência de um evento de default, aplicados sobre a exposição a risco.

Basileia - Enfoques para risco de crédito



IFRS 9 - Perdas esperadas

Uma entidade mensurará as perdas de crédito esperadas de um instrumento financeiro de modo que reflita:

- a. Um **valor ponderado pela probabilidade e imparcial** que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis;
- b. O **valor do dinheiro no tempo**; e
- c. Informações razoáveis e sustentáveis disponíveis **sem custo ou esforço indevido** sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.



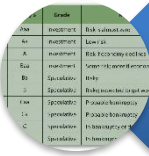
Modelos de rating scoring



Modelos de pontuação: informações disponibilizadas pelo tomador/operação



Modelos de descumprimento: inadimplência histórica

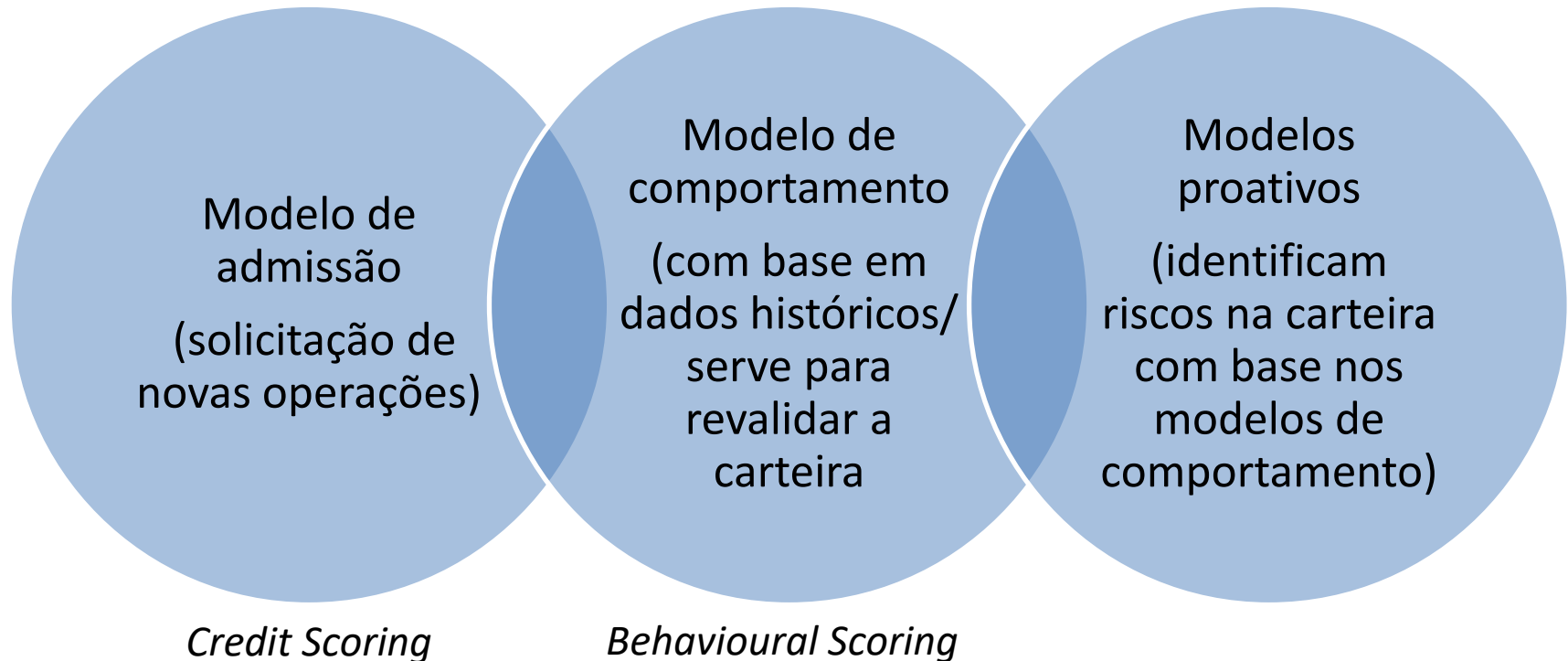


Modelos de réplica: Informações divulgadas por agências de rating externas



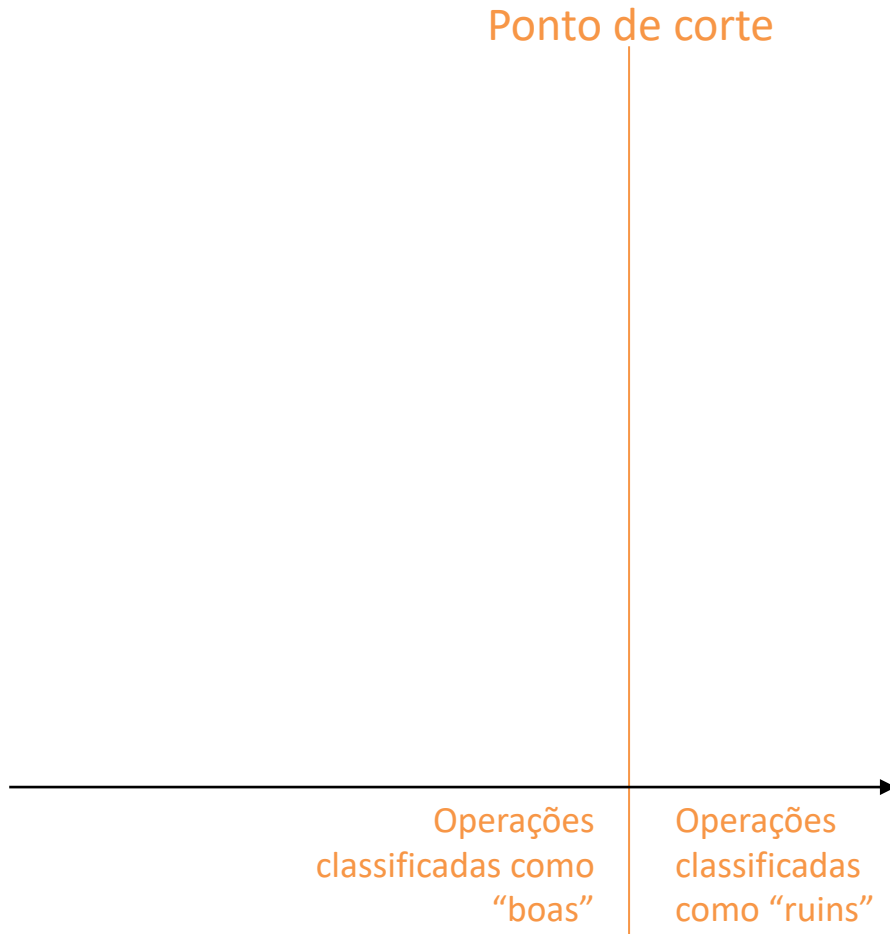
Um rating interno é obtido a partir desses modelos internos de qualificação, o qual será input para RAROC e capital regulatório de acordo com o enfoque IRB.

Modelos de pontuação

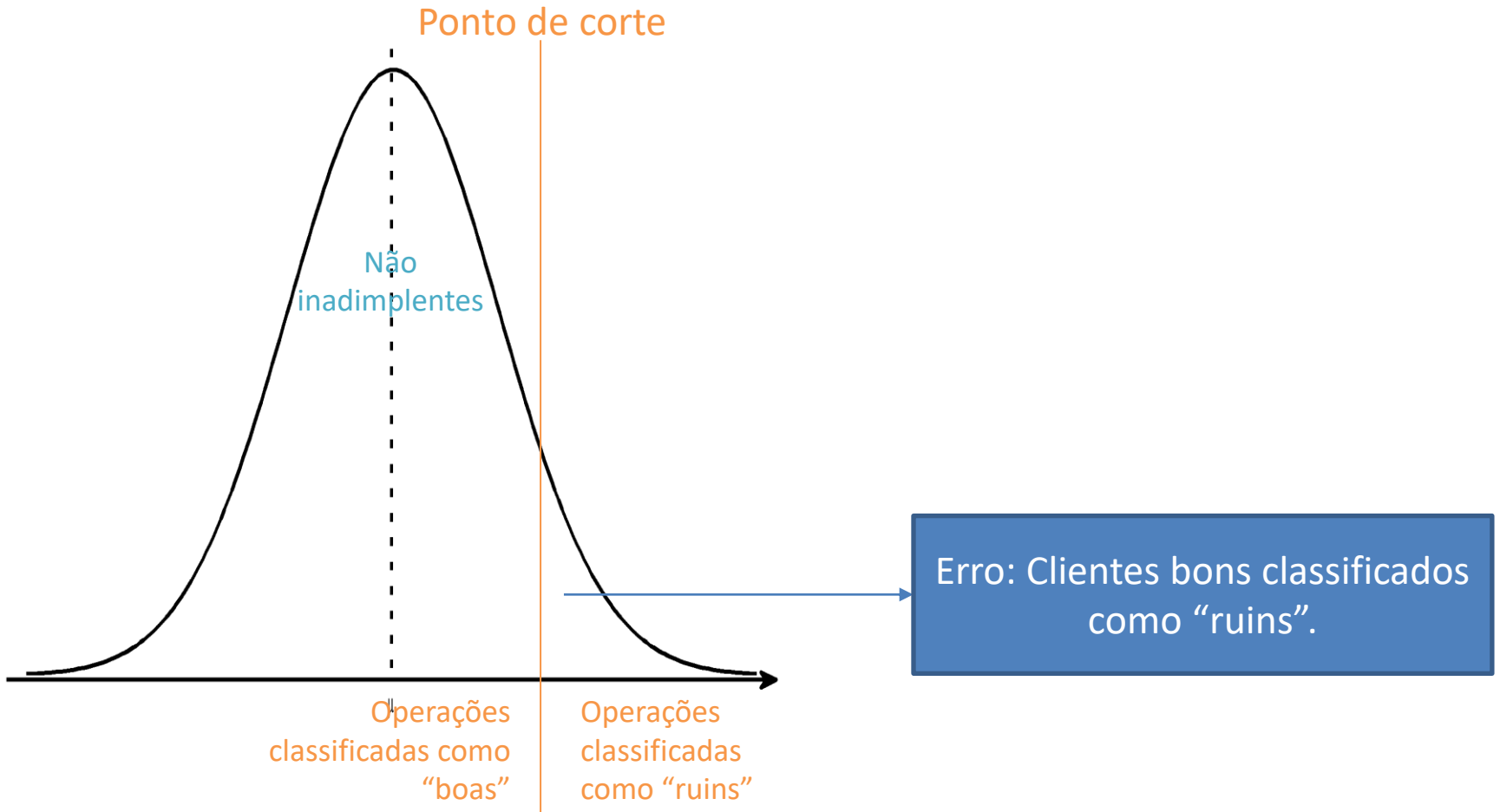


Utilizados na análise da concessão de crédito, mas não no cálculo de PD.

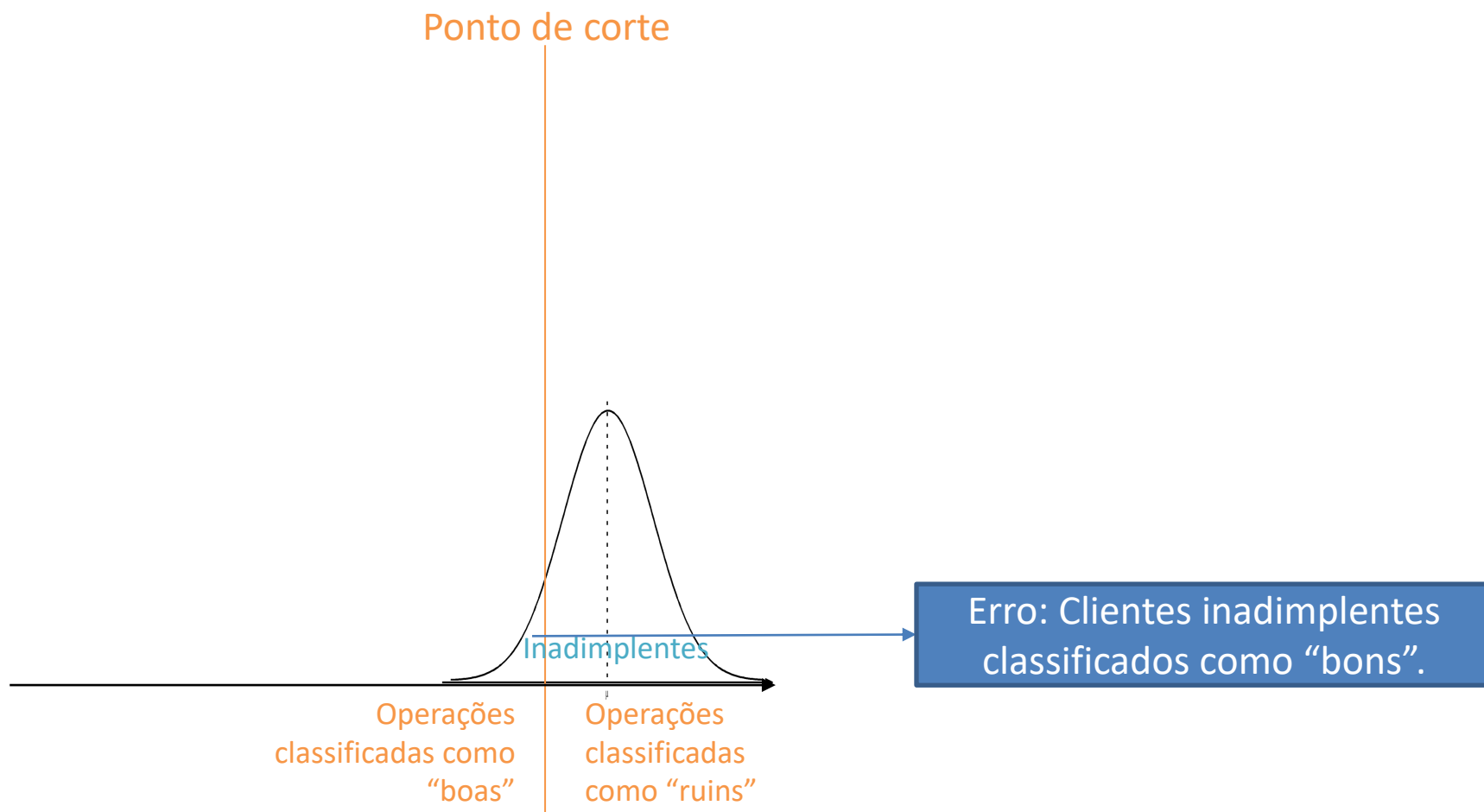
Poder discriminante do modelo



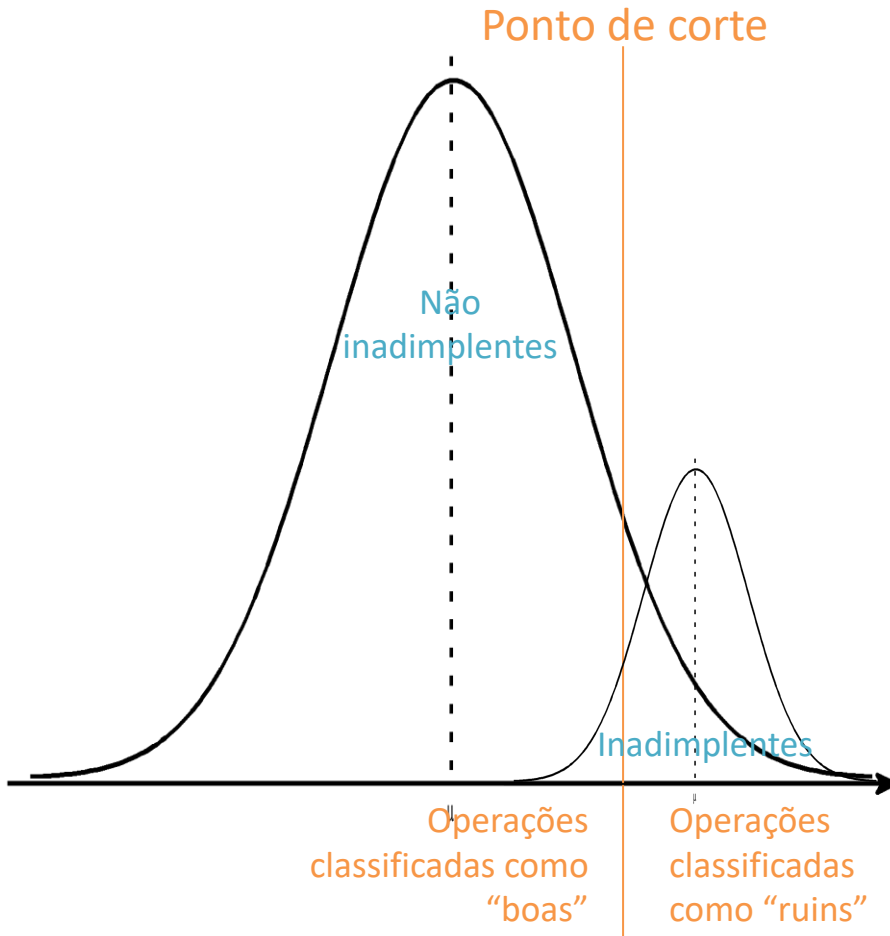
Poder discriminante do modelo



Poder discriminante do modelo

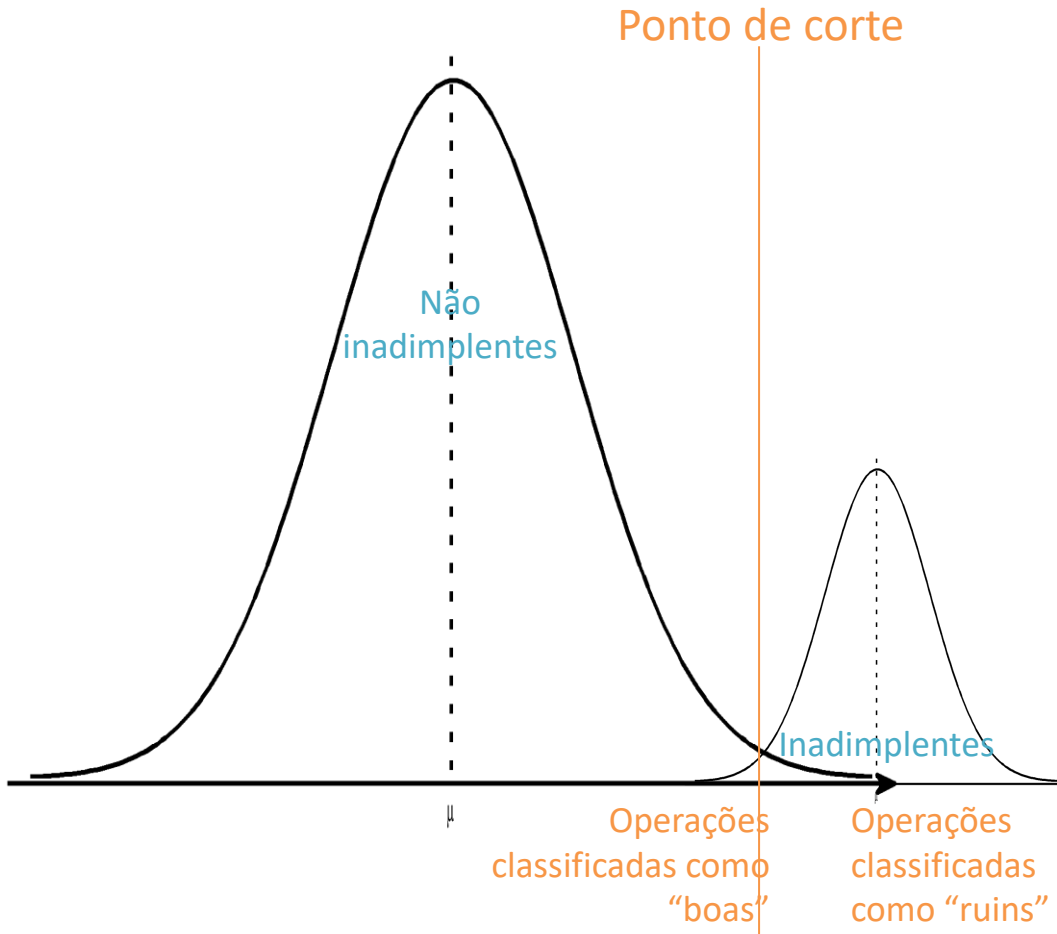


Poder discriminante do modelo



Erro: Clientes bons classificados como "ruins", e clientes ruins classificados como "bons".

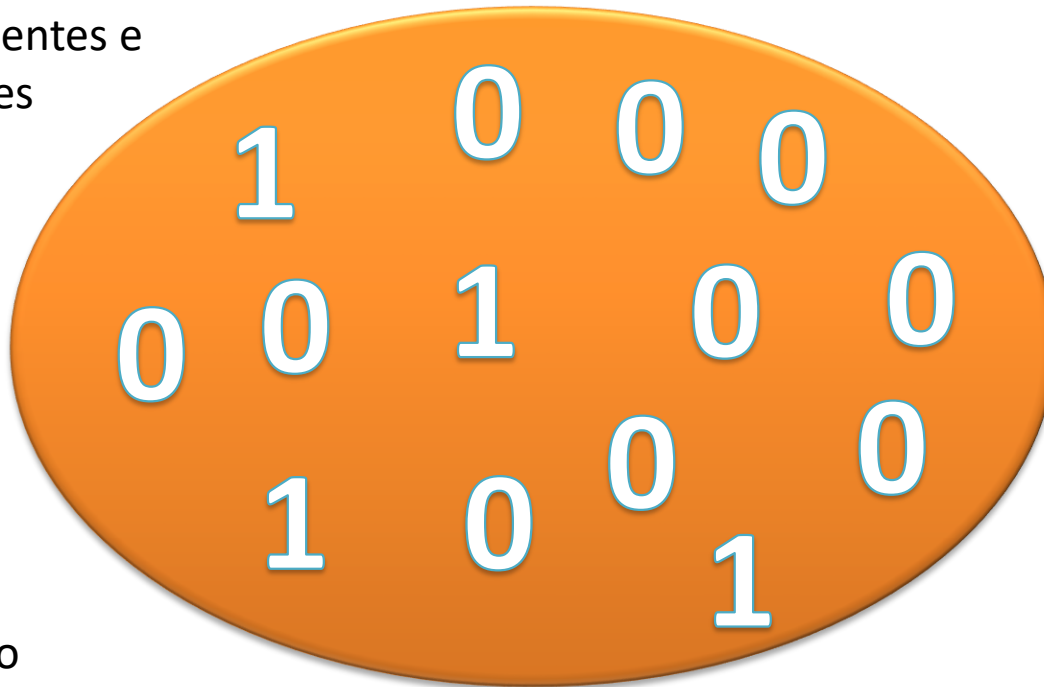
Poder discriminante do modelo



Para verificar se uma discriminação é boa ou não, Fisher sugere fazer uma análise de variância (Teste F).

Modelos de descumprimento

Amostra de clientes e operações

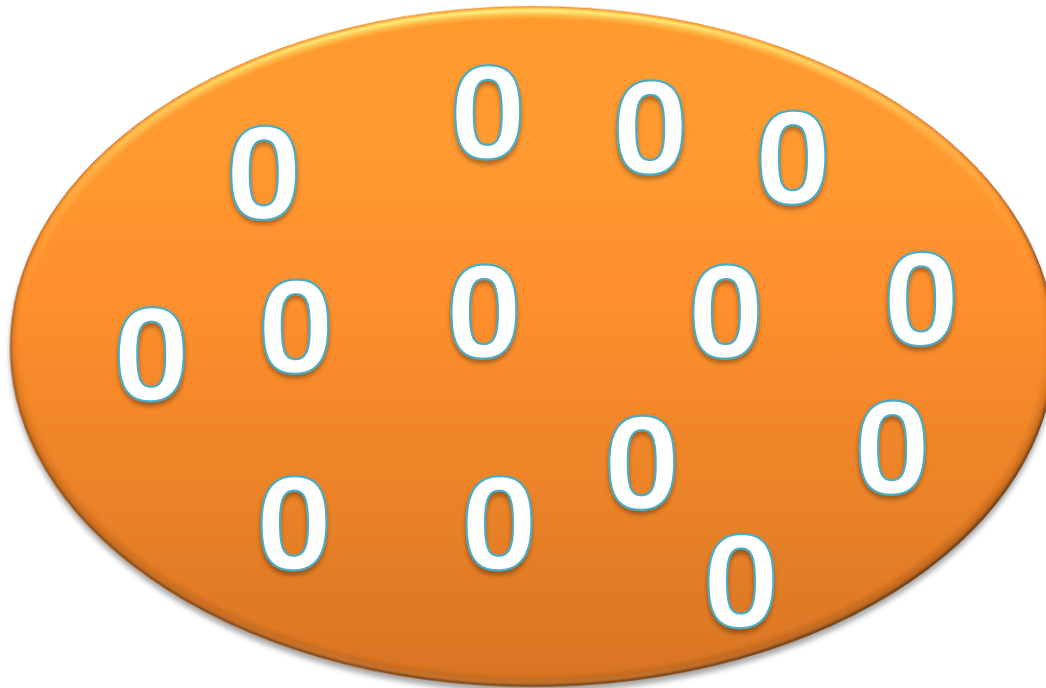


Histórico

Usos comuns:

- Hipotecas
- Cartões de crédito
- Microempresas e autônomos

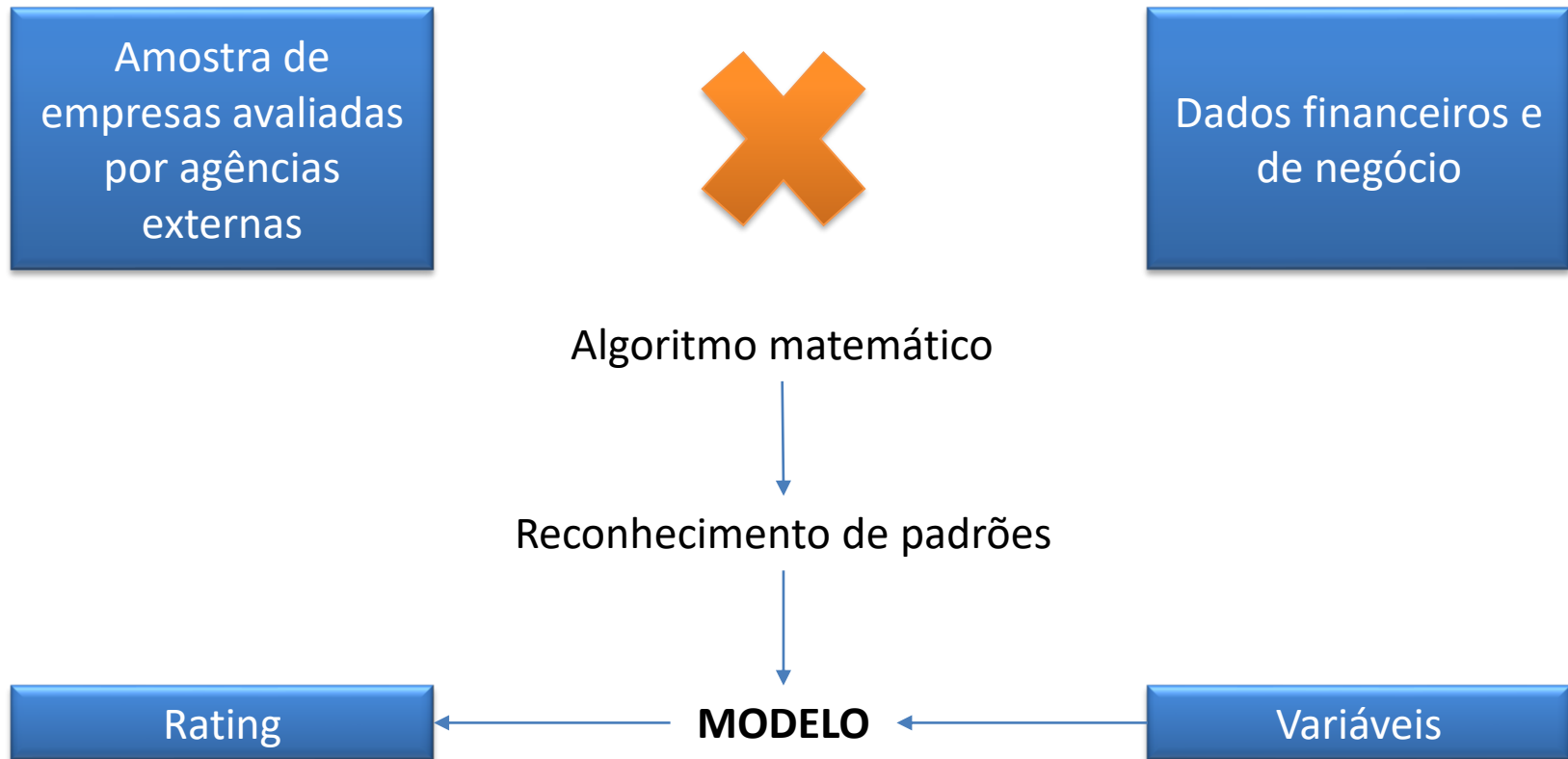
Low Default Portfolio



A partir do histórico, não é possível inferir uma PD

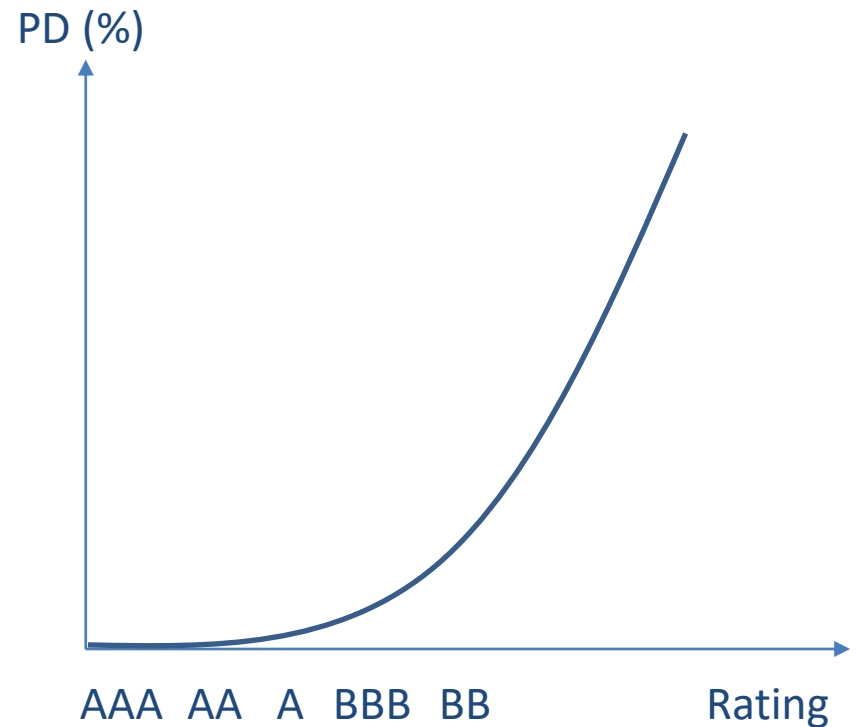
Modelos de réplica

Reproduz premissas utilizadas por agências de rating na classificação de uma contraparte.

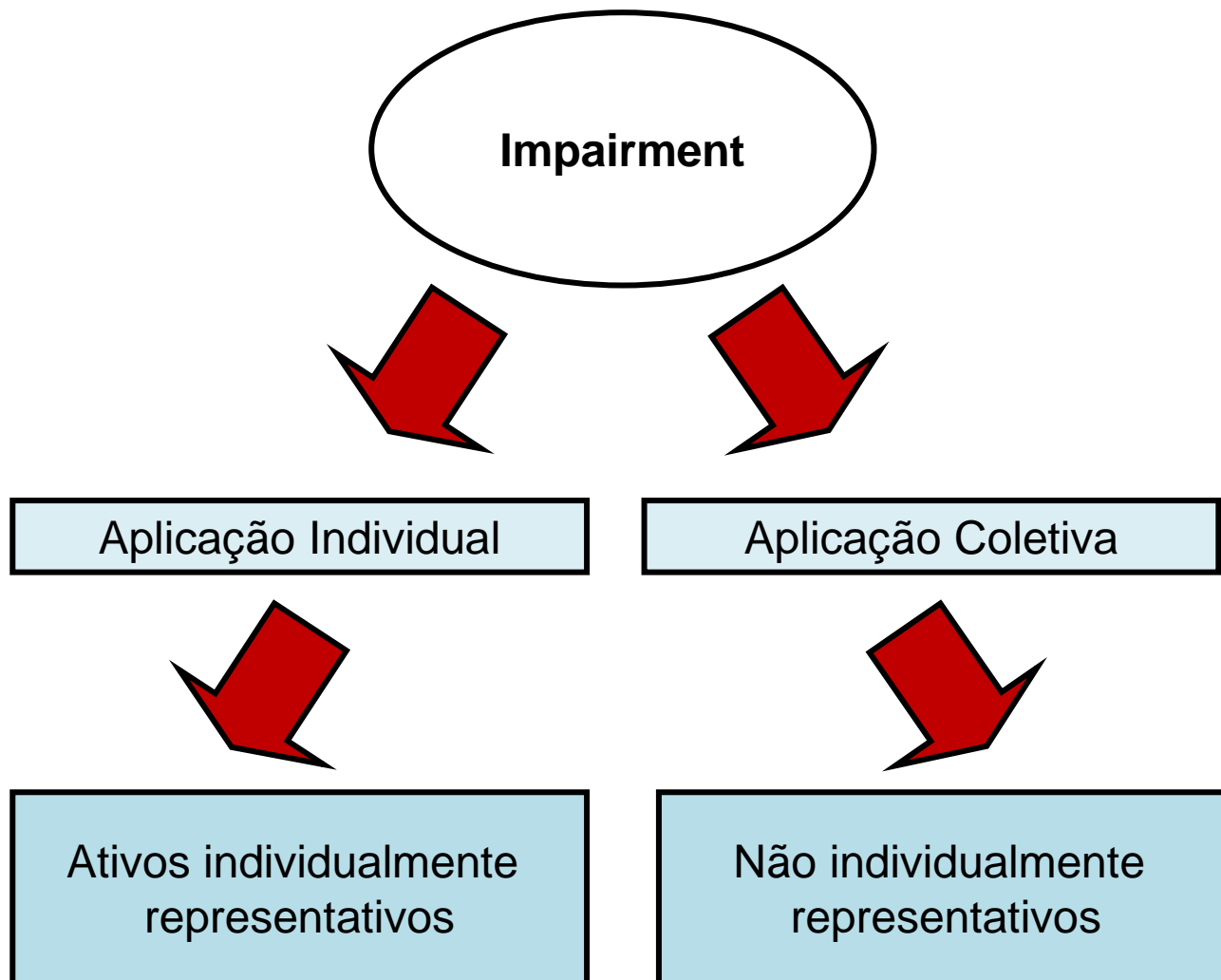


Modelos de réplica

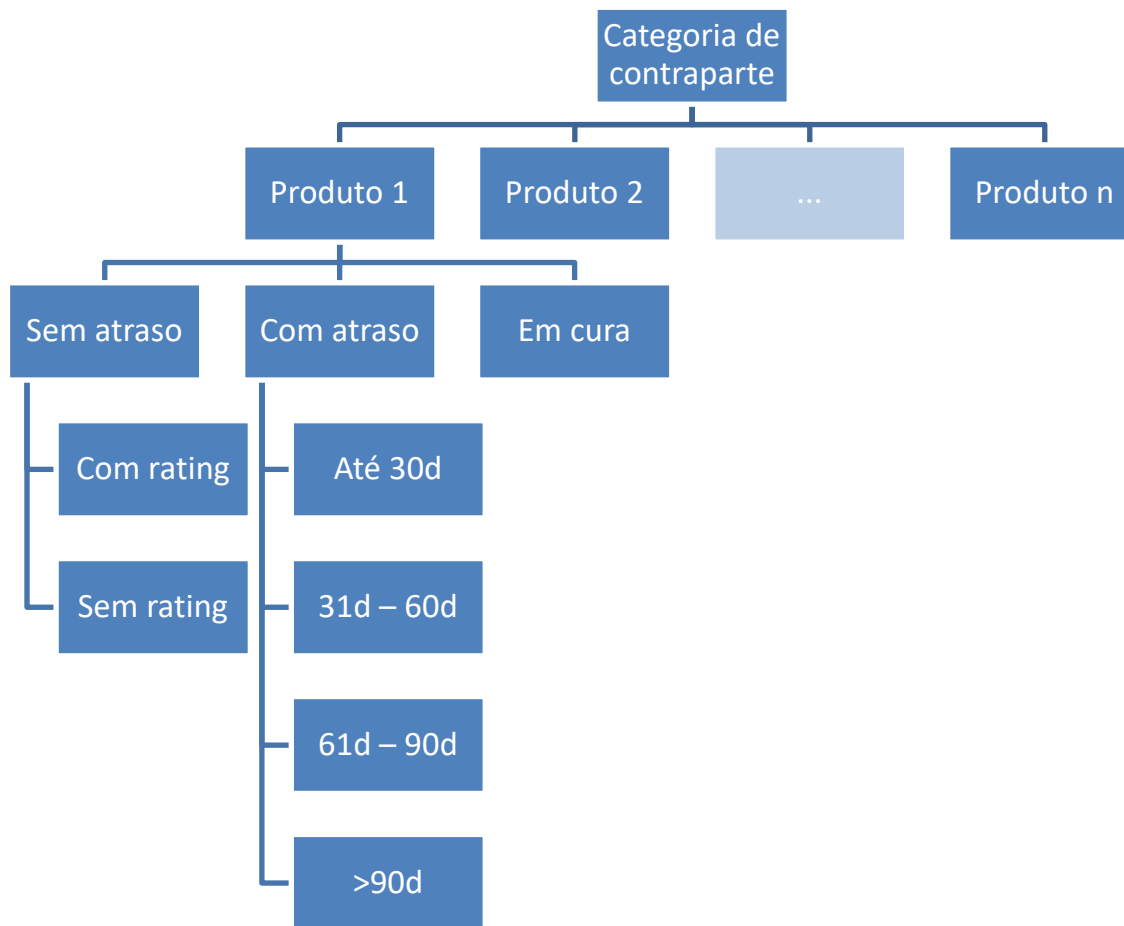
- PD12m = probabilidade de um cliente entrar em default no próximo ano.
- Default = atraso > 90 dias (180 dias para carteiras residenciais)
- Para quantificar o risco, é necessário calibrar o modelo de qualificação, atribuindo uma PD a cada rating.



IFRS 9 – aplicação individual ou coletiva



Pools



POOLS: Grupos de ativos com características comuns para a quantificação do risco de crédito.

Pool	Categoria	Produto	Modelo
1	Varejo	Cheque especial	X
2	Varejo	Cartão de crédito	Y
3	Atacado	Capital de giro	Z

Categoria de
contraparte

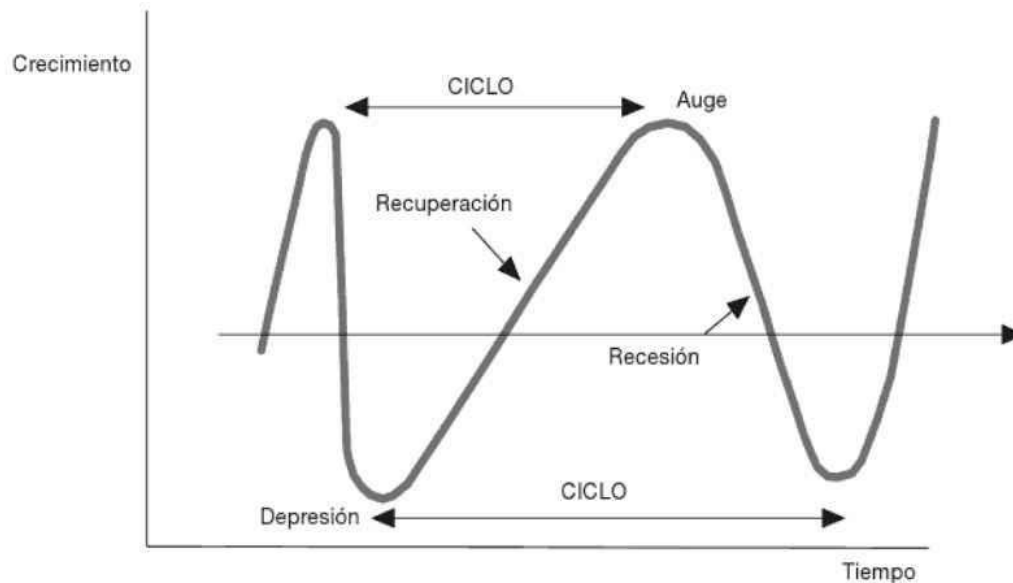
Tipos de
produto

Tendência Central

$$TC = \frac{NumOpRuins}{NumOpRuins + NumOpBoas}$$

Ajuste da TC ao ciclo

O cálculo da TC deve ser realizado com informações que compreendam um ciclo econômico completo.



O ajuste ao ciclo transforma uma PD PIT (point in time) em uma PD Acíclica.

Matriz de migração

Rating Inicial	Rating ao final de um ano (%)							
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	Default
AAA	90,81	8,33	0,68	0,06	0,12	0,00	0,00	0,00
AA	0,70	90,65	7,79	0,64	0,06	0,14	0,02	0,00
A	0,09	2,27	91,05	5,52	0,74	0,26	0,01	0,06
BBB	0,02	0,33	5,95	86,93	5,30	1,17	0,12	0,18
BB	0,03	0,14	0,67	7,73	80,53	8,84	1,00	1,06
B	0,00	0,11	0,24	0,43	6,48	83,46	4,07	5,20
CCC	0,22	0,00	0,22	1,30	2,38	11,24	64,86	19,79

IFRS 9 - Elemento prospectivo



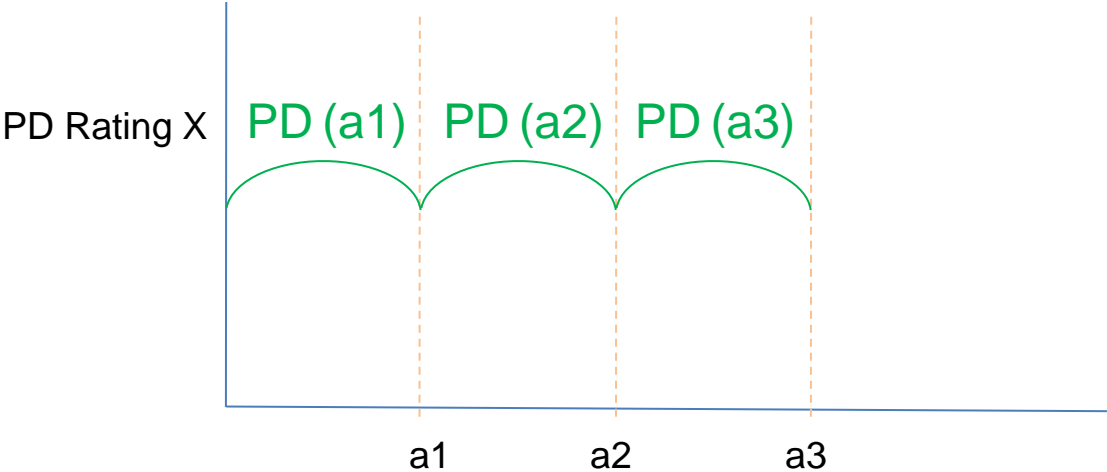
*Probabilidade de
ocorrer perdas*

*Probabilidade de
não ocorrer perdas*

IFRS 9 - Cenários x matriz de migração

Rating Inicial	Rating ao final de um ano (%)							
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	Default
AAA	90,81	8,33	0,68	0,06	0,12	0,00	0,00	0,00
AA	0,70	90,65	7,79	0,64	0,06	0,14	0,02	0,00
A	0,09	2,27	91,05	5,52	0,74	0,26	0,01	0,06
BBB	0,02	0,33	5,95	86,93	5,30	1,17	0,12	0,18
BB	0,03	0,14	0,67	7,73	80,53	8,84	1,00	1,06
B	0,00	0,11	0,24	0,43	6,48	83,46	4,07	5,20
CCC	0,22	0,00	0,22	1,30	2,38	11,24	64,86	19,79

IFRS 9 – PD Lifetime



Compromissos não sacados

VP dos fluxos de caixa da
dívida, se o valor for
sacado

≠

Fluxos de caixa que a
entidade espera receber

IFRS 9 - Impairment de ativos financeiros

Abordagem de três estágios



	Risco de crédito inicial	Risco de crédito > Risco de crédito inicial	Evento de default
Receitas	TEJ s/ valor contábil bruto	TEJ s/ valor contábil bruto	TEJ s/ valor contábil líquido

Ativo problemático adquirido

Em alguns casos, considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de crédito no reconhecimento inicial porque o risco de crédito é muito elevado, sendo comprado com um grande desconto. Exige-se que uma entidade inclua as perdas de crédito esperadas iniciais nos fluxos de caixa estimados ao calcular a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito.

Suponha que um ativo com valor futuro de \$ 220.000 e vencimento em 1 ano tenha sido adquirido por \$ 110.000. A perda esperada nesse ativo foi calculada em \$ 100.000 (valor no vencimento). Sabendo que, desconsiderando os problemas de crédito, a taxa de mercado para esse ativo seria de 30%, demonstre o reconhecimento inicial desse ativo.

Ativo problemático adquirido

Suponha que um ativo com valor futuro de \$ 220.000 e vencimento em 1 ano tenha sido adquirido por \$ 110.000. A perda esperada nesse ativo foi calculada em \$ 100.000 (valor no vencimento). Sabendo que, desconsiderando os problemas de crédito, a taxa de mercado para esse ativo seria de 30%, demonstre o reconhecimento inicial desse ativo.

Valor do \$ no tempo

A Cia. Petronília tem um recebível contabilizado por \$ 15.849,33, o qual será recebido em quatro parcelas de \$ 5.000,00, a serem recebidas em 30, 60, 90 e 120 dias.

Ao perceber o aumento do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a Cia. Petronília fez uma análise e concluiu que receberia somente \$ 8.000,00 do valor pendente, o qual estaria distribuído de forma linear em quatro parcelas, a serem recebidas nas mesmas datas da dívida original.

Demonstre os cálculos e a contabilização do reconhecimento da perda de crédito.

Valor do \$ no tempo

15.849,33

Saldo contábil

Calcular a TEJ

Calcular a perda a valor presente

D – Despesa com perdas de crédito

C – Contas a Receber / PCDL

Calcular o valor contábil líquido do recebível

Valor do \$ no tempo

No período seguinte, atualize o valor contábil bruto do recebível e o valor da PCLD, considerando:

- Que os primeiros \$ 2.000 foram recebidos na data;
- Que os \$ 3.000 não recebidos nesse primeiro vencimento ainda não foram considerados incobráveis;
- O mesmo percentual de provisionamento dos slides anteriores.

Valor do \$ no tempo

		Débito	Crédito
	15.849,33		
Juros	1.584,93		
Amortização	- 2.000,00		
Valor contábil bruto	<u>15.434,26</u>		
PCLD Anterior	- 9.509,60		
Complemento PCLD	- 950,96		
Valor contábil líquido	<u><u>4.973,70</u></u>		

DERIVATIVOS

Derivativos - IFRS

Instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características:

- valor altera-se em resposta à alteração na taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável;
- não é necessário qualquer investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial que não seja significativo; e
- é liquidado em data futura.

Derivativos - IFRS

Futuros

Swaps

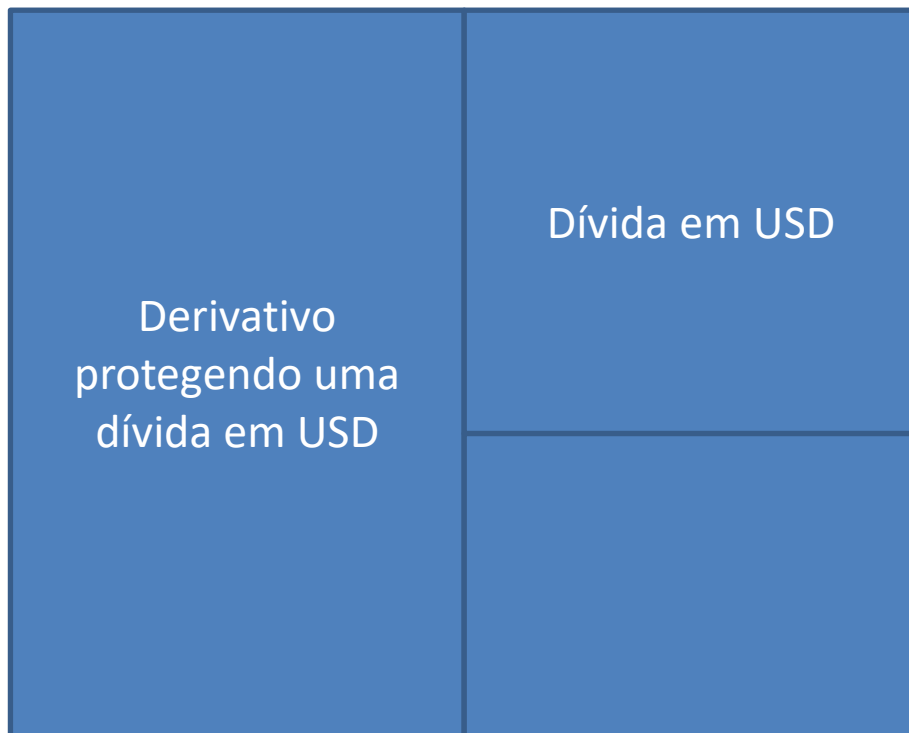
Termos

Opções

**Valor justo por meio
do resultado**

SITUAÇÕES ESPECIAIS

Situações para pensar...



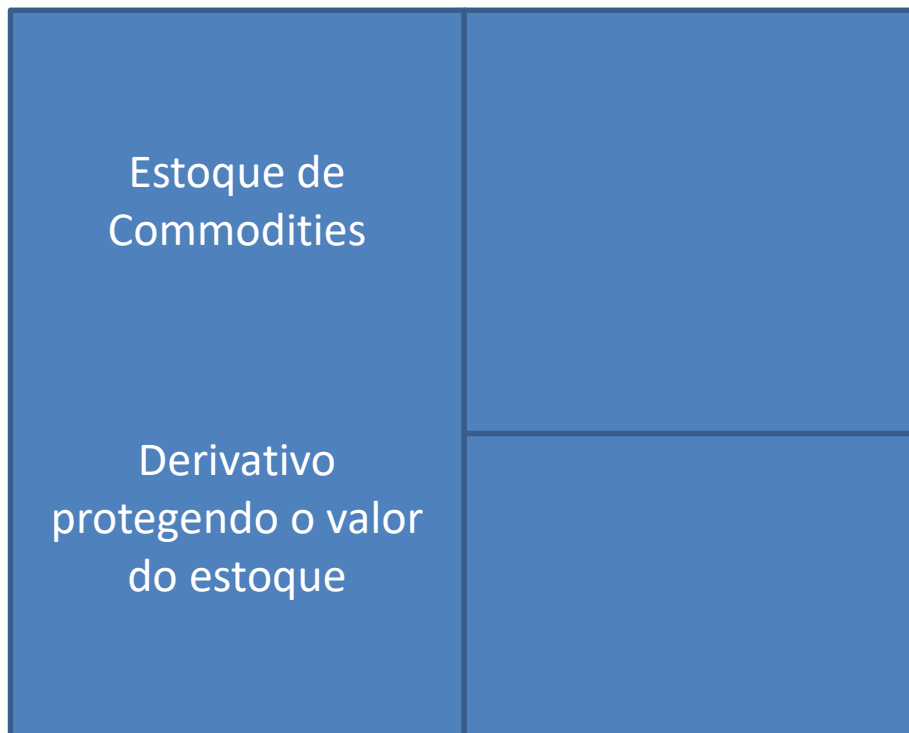
- No objetivo do hedge;
- No impacto contábil.

Situações para pensar...



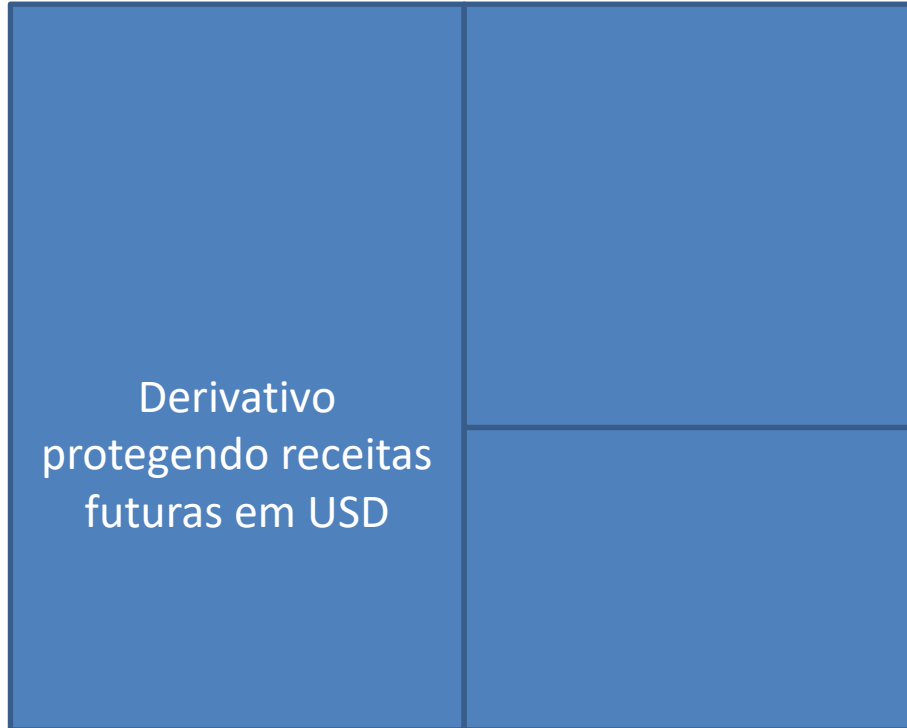
- No objetivo do hedge;
- No impacto contábil.

Situações para pensar...



- No objetivo do hedge;
- No impacto contábil.

Situações para pensar...

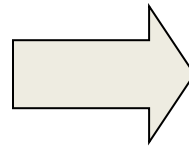


- No objetivo do hedge;
- No impacto contábil.

HEDGE ACCOUNTING

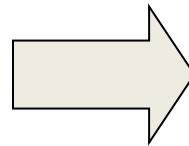
Hedge accounting

Hedge



Também chamado de hedge econômico, é uma estratégia utilizada para proteger ativos, passivos ou fluxos de caixa.

Hedge Accounting



É um critério contábil opcional que permite relacionar o instrumento de hedge com o item protegido. Só é possível quando existe uma estratégia de hedge econômico.

Hedge accounting

Hedge significa proteção, e tem natureza financeira, enquanto hedge accounting é um dispositivo contábil.

A aplicação desse dispositivo altera o critério de mensuração e/ou contabilização do objeto de hedge e/ou do instrumento de hedge, de forma que a contabilidade demonstre a essência econômica da operação, resolvendo ou mitigando o problema do regime de competência, ou seja, da confrontação dos resultados dos instrumentos de hedge com os resultados dos itens protegidos (objetos de hedge).

Para se qualificar para a contabilidade de *hedge*, o *hedge* **tem de se relacionar com um risco específico identificado e designado**, e não meramente com os riscos comerciais gerais da entidade, e em última análise tem de afetar os resultados da entidade.

CATEGORIAS DE HEDGE

Categorias

Hedge de valor justo

Cobertura de exposição a **mudanças no valor justo** de um **ativo ou passivo reconhecido** ou de um **compromisso firme não reconhecido**, ou um componente de quaisquer desses itens, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar o resultado

Hedge de fluxo de caixa

Cobertura da exposição à **variabilidade nos fluxos de caixa** que seja atribuível a um risco específico associado à totalidade de um **ativo ou passivo reconhecido**, ou a um componente dele (como, por exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma **transação prevista altamente provável** e que possa afetar a DRE.

Hedge de investimento líquido no exterior

Hedge de investimentos líquidos (Ativos – Passivos) em entidades situadas em países estrangeiros.

Hedge de valor justo



Quando um item protegido for um compromisso firme não reconhecido (ou um componente dele), a mudança acumulada no valor justo do item protegido subsequente à sua designação é reconhecida como ativo ou passivo com um ganho ou perda correspondente reconhecida no resultado.

Hedge de fluxo de caixa

Instrumento de Hedge

Valor Justo

parte
efetiva



**Mudanças no
Valor justo
Patrimônio**

Esse componente será ajustado ao menor valor entre:

- O ganho ou perda acumulado no instrumento de hedge desde o início da estratégia de hedge accounting;
- A mudança acumulada no valor justo do objeto de hedge desde o início da cobertura.

parte
inefetiva



**Mudanças no
Valor justo
Resultado**

Objeto de Hedge

Não muda a base de contabilização

Hedge de moeda

O hedge de moeda estrangeira de um compromisso firme pode ser contabilizado como hedge de valor justo ou hedge de fluxo de caixa

Hedge de valor justo

Instrumento e objeto de hedge mensurados a valor justo

Hedge de fluxo de caixa

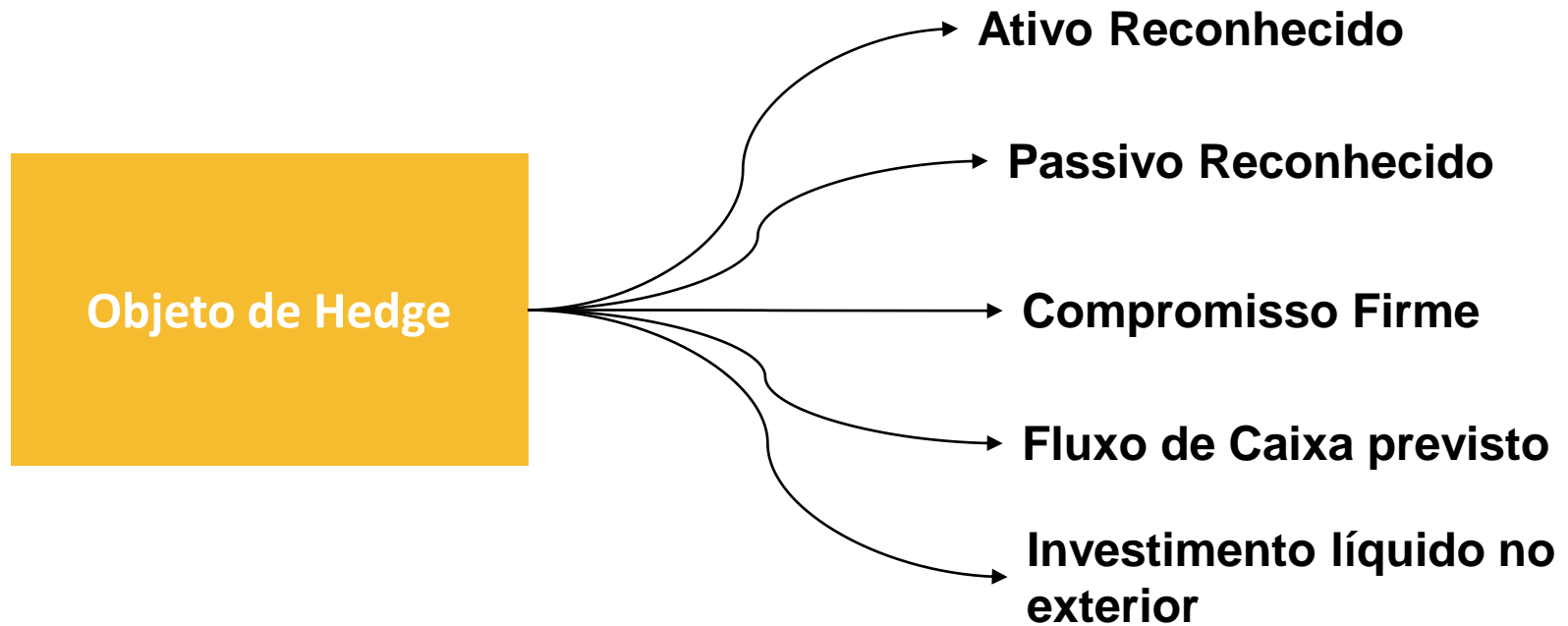
Contrapartida do instrumento de hedge vai para o PL

Hedge de investimento líquido no exterior



**ITEM PROTEGIDO
E INSTRUMENTO
DE HEDGE**

Item protegido



- ou grupos das operações mencionadas acima (macro hedge)
- ou partes das operações mencionadas acima

Item protegido



Instrumento de hedge



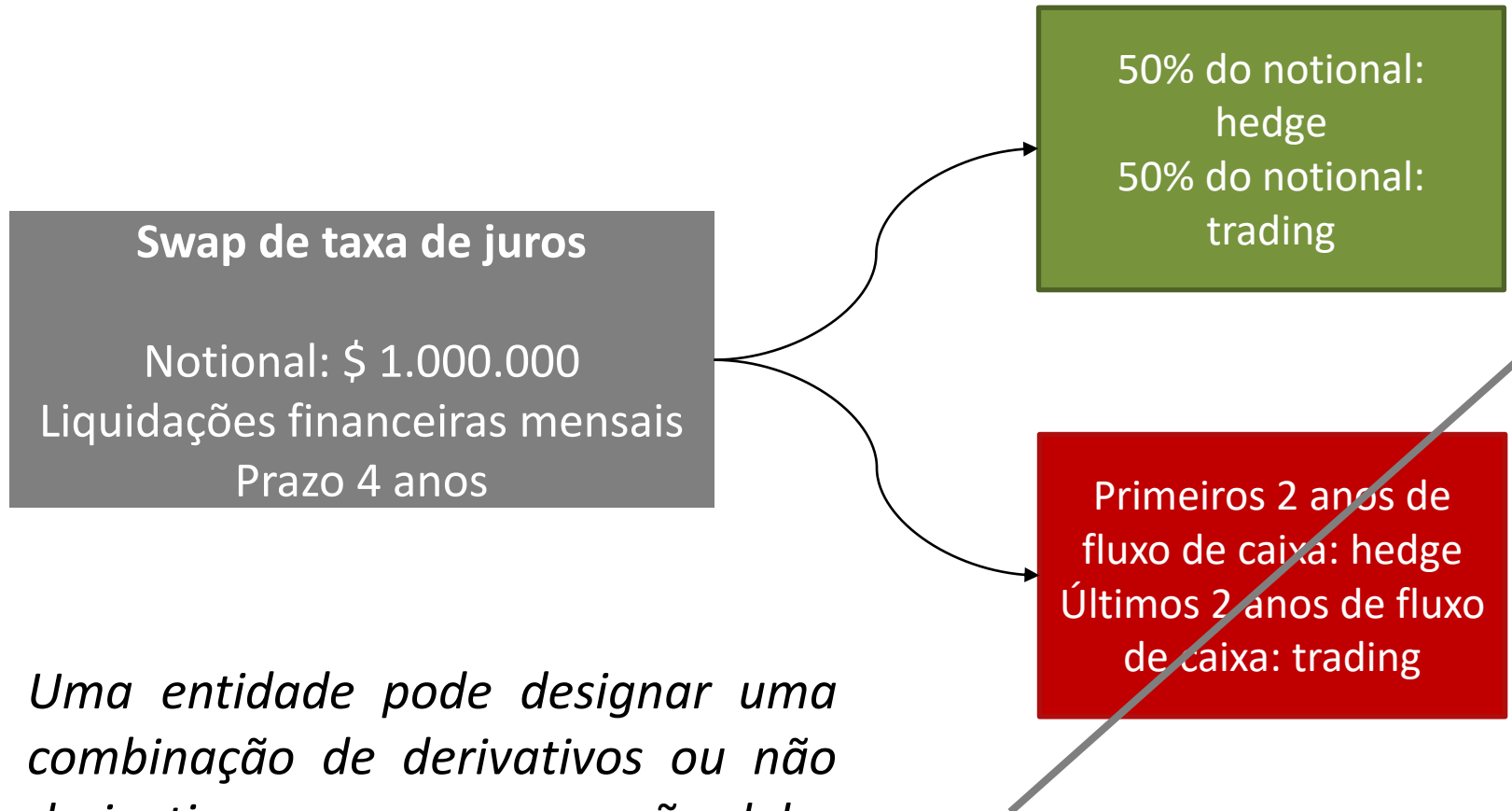
Derivativos

Instrumentos financeiros ao VJR

Os derivativos embutidos que não são contabilizados separadamente não podem ser designados como instrumentos de hedge separados, assim como os instrumentos patrimoniais próprios da entidade, que não são ativos ou passivos financeiros

Para cobertura de risco de moeda estrangeira, o componente de risco de moeda poderá ser designado como instrumento de hedge, desde que não seja um instrumento de patrimônio com mudanças no valor justo lançadas no PL

Instrumento de hedge



Uma entidade pode designar uma combinação de derivativos ou não derivativos ou uma proporção deles como instrumento de hedge.

Assinale “V” ou “F”

- () Um derivativo designado como instrumento de cobertura é sempre mensurado pelo valor justo
- () Um derivativo não designado como instrumento de cobertura é sempre mensurado pelo valor justo
- () Um não-derivativo pode ser designado como instrumento de hedge somente para cobertura de risco cambial
- () A parcela efetiva de um instrumento de hedge de valor justo é contabilizada no PL

**REQUISITOS
PARA HEDGE
ACCOUNTING**

A documentação de hedge deve conter:

- ✓ Identificação do instrumento de hedge;
- ✓ Identificação do objeto de hedge;
- ✓ Natureza do risco a ser coberto; e
- ✓ Como a entidade avaliará se a estratégia está atendendo aos requisitos de efetividade, incluindo sua análise das fontes de inefetividade e como determinar o índice de cobertura.

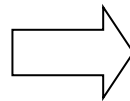
Índice de cobertura

O índice de cobertura mede o grau em que a mudança no valor justo ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge atribuível ao risco protegido é compensada pela mudança no valor justo ou no fluxo de caixa do instrumento de hedge.

A demonstração da efetividade do hedge é um dos grandes desafios no enquadramento de uma operação dentro da metodologia de hedge accounting.

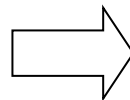
O método selecionado para cálculo da efetividade deve ser documentado no início da operação, e aplicado de maneira consistente no decorrer do seu prazo.

Teste Prospectivo



Desempenho Futuro

Teste Retrospectivo



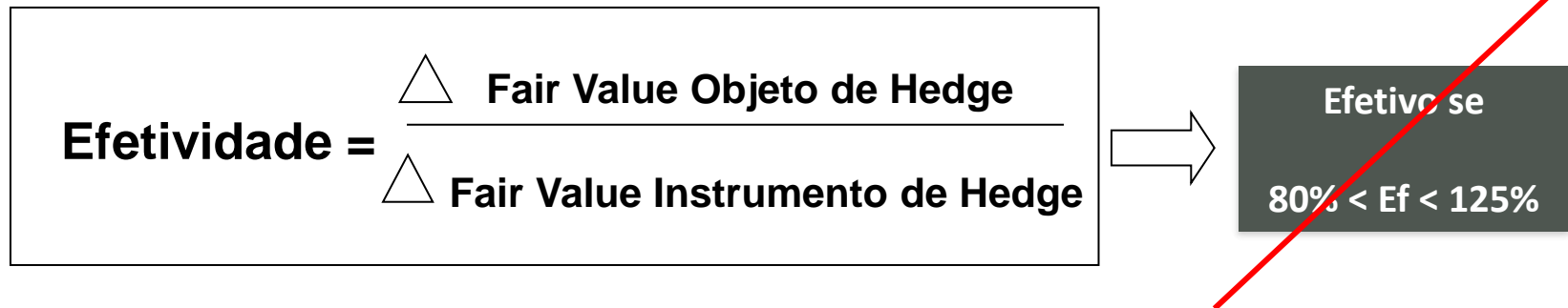
Desempenho Passado

Índice de cobertura

Alguns dos métodos utilizados para a avaliação da efetividade de forma prospectiva são: correlação, variabilidade reduzida e regressão. Na avaliação retrospectiva normalmente é utilizado o método *ratio-analysis* (também conhecido como método *dollar offset*)

$$\text{Efetividade} = \frac{\triangle \text{ Fair Value Objeto de Hedge}}{\triangle \text{ Fair Value Instrumento de Hedge}}$$

⇒ Efetivo se $80\% < Ef < 125\%$



Esse método é bastante simples, e baseia-se na comparação entre as alterações realizadas no valor justo (ou nos fluxos de caixa) do instrumento de *hedge* e as variações realizadas no valor justo (ou nos fluxos de caixa) do objeto de *hedge*. Pode ser aplicado por períodos ou de forma acumulada.

Índice de cobertura

Outro critério geralmente utilizado para comprovar a efetividade do hedge é o confronto dos termos críticos (*critical terms match*), que consiste na comparação dos principais termos do objeto de hedge com os termos do instrumento de hedge.

Confronto dos termos críticos:



Índice de cobertura - reequilíbrio

Se uma relação de hedge deixar de atender ao requisito de efetividade, mas o objetivo de gestão de risco permanece o mesmo, uma entidade deve ajustar o índice de cobertura de forma que ele atenda aos critérios de qualificação novamente

Descontinuação

A estratégia de hedge accounting deverá ser descontinuada prospectivamente se:

- ✓ o instrumento de hedge expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- ✓ o hedge deixar de satisfazer os critérios para contabilidade de hedge.

Uma entidade descontinuará prospectivamente a estratégia de hedge accounting quando a relação de cobertura (ou uma parte dela) deixar de atender aos critérios de qualificação, após levar em consideração qualquer reequilíbrio, se aplicável. Isso inclui exemplos de quando o instrumento de hedge expirar ou for vendido, rescindido ou exercido. Para esse fim, a substituição ou rolagem de um instrumento de hedge em outro não é considerado como expiração ou rescisão

EXERCÍCIO DE CATEGORIAS DE HEDGE

Categorias de hedge

Classifique as transações seguintes em:

- (b) hedge de valor justo
- (c) hedge de fluxo de caixa
- (d) hedge de investimento líquido no exterior

Contrato de swap no qual pago CDI e recebo uma taxa prefixada utilizado para proteger uma dívida prefixada.

Dívida em moeda estrangeira utilizada como instrumento de proteção de exportações projetadas na mesma moeda.

Contrato de venda de DI futuro para proteger uma aplicação financeira indexada ao CDI.

Compra de NDF utilizado para proteger um compromisso firme de vender metais a um preço fixo.

Categorias de hedge

Classifique as transações seguintes em:

- (b) hedge de valor justo
- (c) hedge de fluxo de caixa
- (d) hedge de investimento líquido no exterior

Proteção de uma dívida em dólar com a compra de dólares a termo.

Hedge da exposição cambial em uma controlada situada em Cayman

Contrato de venda futura de café para proteção do estoque.

Swap de moeda contratado para proteger uma dívida que será emitida no próximo mês.